

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A Classe Operária



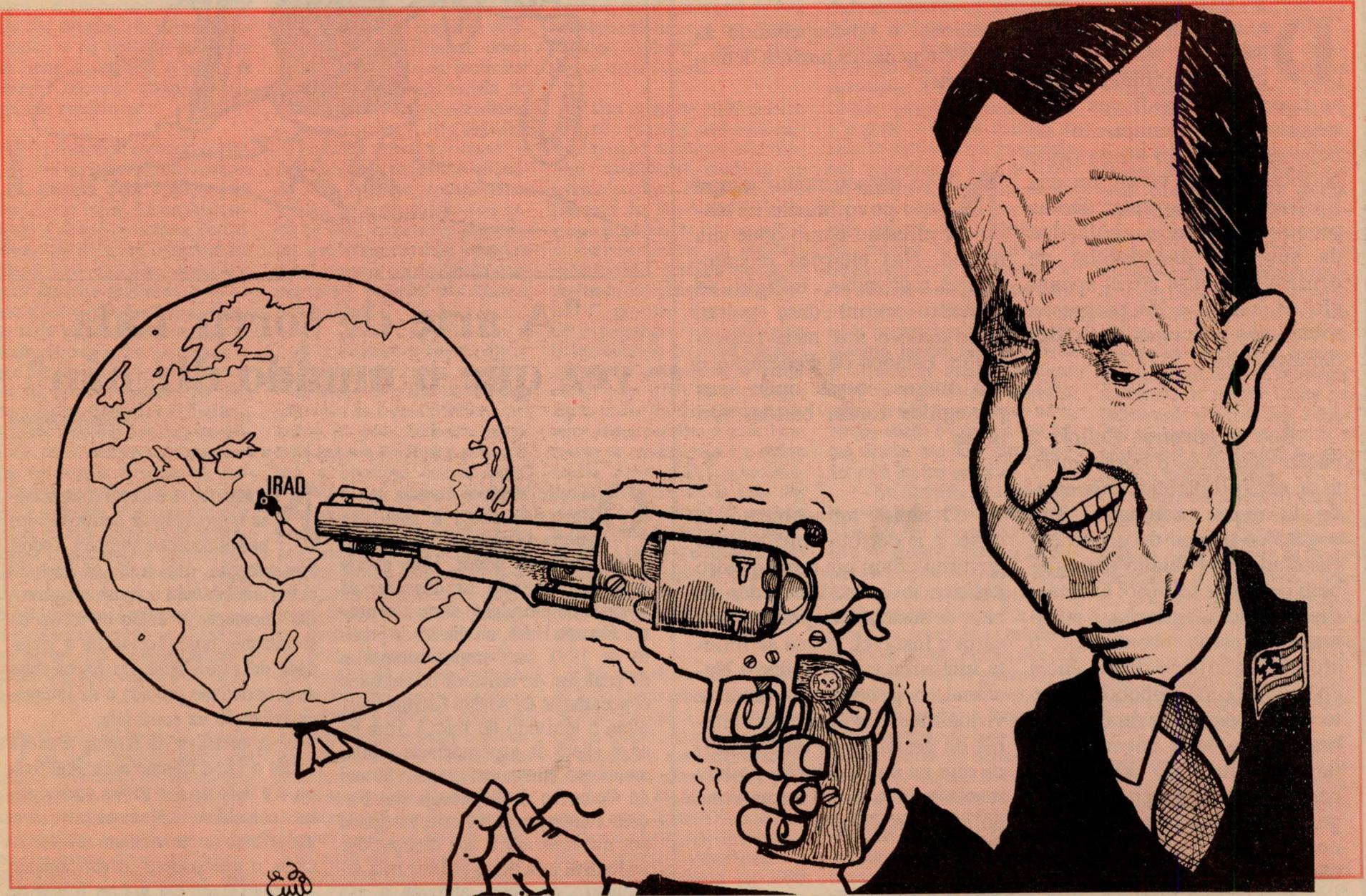
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 66 - VI FASE - Nº 55 - de 15 a 31 de dezembro de 1990 Cr\$60,00
PA-AM-RO-AC Cr\$ 80,00

PDT aprova "Carta de Vitória"

Reunidos na capital do Espírito Santo governadores eleitos pelo PDT lançam documento dizendo que o país está num impasse e se colocam na oposição à Collor. Pág. 16.

Mobilizar os povos contra a Guerra



O Conselho de Segurança da ONU, numa conduta de flagrante subordinação aos interesses do imperialismo norte-americano, resolveu avaliar a guerra contra o Iraque se até o dia 15 de janeiro o Kuwait não for desocupado. A União Soviética, que aprovou a resolução, revelou o conteúdo dos acordos que vem realizando com os EUA, ao mesmo tempo que vende suas posições diplomáticas por alguns bilhões de dólares - em troca recebeu créditos de monarcas sauditas, kuwaitianos e do próprio Tesouro americano. Embora agindo em nome da democra-

cia e da paz, o imperialismo ianque busca impor um novo padrão no relacionamento com os países economicamente dependentes, acentuando o *status* neocolônia. O pleno do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, reunido recentemente, condenou a guerra, a orientação imprimeada pelas potências à crise no Golfo Pérsico, e conclama seus militantes e simpatizantes a, unidos com outras forças democráticas e progressistas, organizarem manifestações contra a agressão imperialista no Oriente Médio.

Comitê Central analisa o novo quadro político

A direção nacional do PCdoB reuniu-se dias 7, 8 e 9 em São Paulo. Em clima democrático e de unidade em torno da linha do Partido, o pleno do Comitê Central fez a avaliação global das eleições de 3 de outubro e 25 de novembro, examinou o novo quadro político criado pelos resultados eleitorais e traçou orientação para o coletivo partidário. Na página 3 publicamos a íntegra da resolução do CC aprovada na reunião.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

EDITORIAL

O Brasil precisa de novo rumo

De colorido a cinzento. Não foi apenas uma mudança cromática que se operou no Brasil nos nove meses de funcionamento do novo governo. Ao longo deste período o país viveu imensa frustração, ao constatar que as promessas feitas no palanque da sucessão presidencial de construir um país novo, apanágio da justiça e do progresso social, não passavam de tiradas demagógicas.

Sob o governo Collor, a nação presencia o agravamento de seus problemas, num estado de agonia prolongada para o qual os planos do grupo encastelado no Planalto não quer nem pode dar solução. O recrudescimento da inflação, a acentuada recessão econômica, o arrocho salarial, a insolvência do país, o brutal empobrecimento das massas, a corrupção desbragada na corte governamental são sinais de descabimento, desgoverno e de crise social, gerando descontentamento generalizado e profundo em todas as camadas da população.

Collor, entretanto, insiste no caminho antipovo e antinacional que escolheu. Com obstinada inflexibilidade, segue em frente na entrega do país ao capital estrangeiro, na privatização de empresas essenciais ao desenvolvimento nacional, na penalização dos assalariados e dos que vivem de pequenas rendas. À moda dos ditadores, reafirma seu estilo unipessoal de governo e volta as costas para o Congresso, violando repetidamente a legalidade cons-

titucional e desrespeitando as mais elementares normas democráticas.

Não passou muito tempo e o povo brasileiro manifestou como pôde sua reação. Nas eleições recentemente realizadas, infligiu ao governo central duro golpe, derrotando-o nos mais importantes Estados da Federação e em muitos outros onde seus protegidos foram batidos nas urnas.

O rápido agravamento da crise e a derrota sofrida pelo governo criam um novo quadro político no país. Possuidor de base de sustentação política precária e instável, o que se reflete inclusive no Congresso Nacional, o governo encontra-se virtualmente isolado. São fatores de gestação de crise política que na sua evolução podem resultar até mesmo numa crise de governabilidade.

O impasse em que o país se encontra só poderá ser superado com a intensificação das lutas do povo e a união das forças democráticas e progressistas. A cada passo, forma-se a consciência nacional de que o Brasil não pode nem deve continuar como está. Se não quiser perecer como nação soberana, o país precisa escolher nova orientação política, econômica e social, um novo rumo que aponte no sentido das liberdades democráticas, da independência, do progresso e da justiça social.



"A arte de sorrir toda vez que o mundo diz não"

Guilherme Arantes

José Reinaldo Carvalho

O ano de 1990 se encerra sob o signo da ameaça de mais uma guerra de agressão do imperialismo contra os povos. Uma guerra com data marcada. Se depender da vontade do presidente norte-americano, George Bush, no dia 15 de janeiro de 1991 suas tropas compostas de centenas de milhares de soldados concentradas na Arábia Saudita invadirão o território do Iraque. Para isso o chefe da superpotência militar americana conta com o apoio formal do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja maioria, integrada por quem se curva aos ditames dos poderosos e se deixa seduzir pela diplomacia do dólar, aprovou o uso da força contra o país árabe.

Os povos não podem assistir calados a tamanha escalada belicista. Lutar contra a aventura militar norte-americana e sua tentativa de impor pela força o seu domínio é questão que se liga à própria sobrevivência e identidade nacional. As forças democráticas e progressistas em todo o mundo não podem ficar passivas em face do perigo de guerra nem aceitar acuadas sua concretização sob o pretexto de que não assiste razão a Sadam Hussein ao ocupar o Kuwait. No fundo, o objetivo de Washington é manter-se como única superpotência e sufocar as lutas de libertação nacional.

No ano que se encerra completou-se o processo de derrocada dos países do Leste europeu. Todos, sem exceção, que desde os anos 50 já haviam adotado o revisionismo como orientação e traído os ideais do socialismo, hoje proclamam a vitalidade do capitalismo, as excelências da propriedade privada e da internacionalização da economia.

A ofensiva da direita, tendo à frente o imperialismo norte-americano, e a debacle dos países revisionistas coincidem objetivamente com um refluxo do movimento revolucionário, o que semeia desnorteamento e perplexidade em muitas forças de vanguarda. Mas os revolucionários, os defensores do socialismo, de um mundo livre, justo e pacífico, aprendem na adversidade "a arte de sorrir toda vez que o mundo diz não".

A Redação da Classe, empenhada na difusão das idéias que inspiram em todo o mundo o combate do proletariado e dos povos por essa nova sociedade, deseja a todos os seus leitores que em 1991 renovem suas energias e reforcem a convicção de que, malgrado as dificuldades momentâneas, a luta dos povos abrirá novas perspectivas e colocará a história humana na trilha da liberdade e do progresso.

Eleições criam novo quadro político

- Nota do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil -

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil reuniu-se em sessão plenária dias 7, 8 e 9 de dezembro, quando fez um exame da situação política do país, a avaliação global das eleições de 3 de outubro e 25 de novembro e traçou orientação para o coletivo partidário. Ao final dos debates, em clima democrático e de unidade em torno da linha do Partido, o pleno da direção nacional chegou às seguintes conclusões.

1 O resultado eleitoral confirmou a justeza da orientação adotada pelo Partido para o segundo turno. Ficou demonstrado o acerto da análise do Comitê Central sobre o caráter nacional das eleições, conquanto seus aspectos regionais, bem como sobre a influência que o pleito teria no desdobramento imediato da conjuntura política. Como previra o documento aprovado na anterior reunião plenária do Comitê Central, em outubro, o aspecto decisivo da disputa eleitoral era a demarcação das forças em termos de apoio ou oposição ao governo Collor, passando a segundo plano as querelas entre grupos locais. Foi armado dessa compreensão que o Partido atuou onde ocorreu o segundo turno, cumprindo as decisões coletivamente aprovadas e levando em consideração as diferentes situações que caracterizaram o pleito em cada unidade da Federação.

2 O balanço geral do resultado das eleições indica que o governo Collor sofreu contundente derrota. O Planalto perdeu as eleições nos Estados mais importantes e decisivos e em muitos outros de menor expressão política e econômica. Este resultado exerce forte impacto no quadro político nacional e põe em cheque a credibilidade do governo que caminha em marcha batida rumo ao isolamento, apesar das tentativas que faz para o alargamento das áreas sob sua influência.

3 Diferentemente das eleições presidenciais de 1989, quando foi nítida a luta pelo poder entre esquerda e direita, no pleito recentemente realizado ocorreu outro tipo de polarização. A derrota de Collor resultou não apenas da ação da esquerda mas também da entrada na disputa eleitoral de outras forças oposicionistas, de caráter conservador, que se uniram a correntes de esquerda para enfrentar e vencer

os candidatos do Planalto. Nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, os governadores eleitos pertencem ao campo democrático e popular. A distinta polarização verificada este ano já é em si mesma um indicativo de alteração no quadro político, relaciona-se com a divisão na esquerda ocorrida em muitos Estados, desde o primeiro turno, e em particular com a posição equivocada do PT e do PSDB ao recomendarem o voto nulo ou a equidistância no segundo turno. Por outro lado, a postura anticollor assumida pela oposição conservadora é fruto do agravamento acelerado da crise econômico-financeira, que objetivamente empurra para o campo oposicionista consideráveis parcelas das classes dominantes.

4 O resultado eleitoral evidencia, desse modo, uma mudança de vulto na correlação entre as forças políticas que atuam no país. Sobressai nessa mudança, como força ponderável, a oposição conservadora. Vitoriosa em muitos Estados, com olhos postos na sucessão presidencial e na administração dos Estados em que venceu, não tem um projeto nacional unificado e claramente definido, disputando também entre si a liderança nacional na perspectiva de 94. Evita, tanto quanto possível, a radicalização nas suas relações com o Planalto e tende à moderação. Adota a tática de combinar a pressão política sobre o governo central com a conciliação. Seus interesses fundamentais não coincidem com os do movimento democrático e popular, mas não se pode traçar um sinal de igualdade entre ela e o governo Collor. Objetivamente, apresenta-se no cenário político como adversária de Collor e do esquema que o sustenta, portanto pode jogar, em determinadas circunstâncias, papel positivo na luta democrática e nacional.

Na análise da nova correlação de forças observa-se a ocorrência simultânea de vitórias e derrotas da esquerda. Na área democrática e popular, o PDT de Leonel Brizola é a agremiação que sai mais fortalecida. Eleger três governadores de Estado (RJ, RS e ES) e expressivas bancadas nos Legislativos Estaduais e na Câmara Federal. O Partido Comunista do Brasil, com sua orientação geral vitoriosa, sai fortalecido politicamente e credencia-se como partido bem situado no quadro nacional. O

PT, ainda que tenha duplicado sua bancada de deputados federais, importante êxito que saudamos, sofre uma derrota do ponto de vista de seus objetivos gerais e sai desgastado do segundo turno em razão da falsa orientação que adotou. O PSDB, que também ficou à margem da luta no segundo turno e em alguns Estados "colloriu", perde posições e credibilidade.

5 Das urnas de 1990 emerge não somente uma nova correlação de forças, mas também significativa mudança no quadro político. Ficou patente o fracasso do plano Collor, com o aprofundamento da recessão e o recrudescimento da escalada inflacionária, gerando extenso e profundo descontentamento popular. O governo finge que não vê e prossegue com obstinada inflexibilidade no rumo traçado, antipovo e antinacional. Prenuncia-se para 1991 uma retração ainda maior da atividade econômica, o que penalizará mais duramente os assalariados e a classe média. Nesse quadro, acentuam-se as divergências no seio das classes dominantes. O governo isola-se. Sua base de apoio parlamentar é instável e precária. São evidentes os sinais de crise política, que na sua evolução pode criar uma situação de ingovernabilidade.

6 O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil considera que a nova correlação de forças encontrará reflexos na atuação e funcionamento do Congresso Nacional a ser empossado em 1º de fevereiro próximo. A nova legislatura está chamada a cumprir importantes tarefas no terreno institucional - a revisão constitucional de 1993 e a elaboração da legislação complementar à Constituição aprovada em 1988. Conquanto não seja moldado por um talhe progressista, o novo Congresso poderá, em face de divergências entre setores das classes dominantes, da conquista de posições visando à sucessão presidencial e devido à presença combativa das bancadas de esquerda e popular, aprovar algumas leis de cunho democrático e nacional. Além do mais, o novo Congresso tende a ser o centro de onde emanarão soluções políticas, no caso de se configurar uma crise de governabilidade.

7 A perspectiva de agravamento da situação econômica e financeira do país, de dete-

rioração da vida das massas e da eclosão de uma crise de governabilidade exige que o povo brasileiro intensifique suas lutas contra o plano Collor e sua nefasta política. É importante que as forças progressistas da oposição encontrem o caminho da unidade em torno de um projeto próprio a fim de enfrentarem em condições favoráveis qualquer evolução que o quadro político apresentar. A luta anticollor tem caráter patriótico, democrático e popular. Cabe ao Partido, ao lado de outras forças progressistas, organizar a luta do povo em todas as frentes a fim de elevar a um nível mais alto o combate por um regime democrático, popular e progressista. A união do povo e dos setores democráticos e progressistas entra na ordem do dia como uma das mais importantes tarefas. É necessário buscar formas viáveis e eficazes de atuação conjunta entre as organizações oposicionistas, tendo presente que na situação criada o espectro das forças aliadas não pode circunscrever-se a limites estreitos.

De imediato, o instrumento para concretizar essa união pode ser um Fórum Democrático e Progressista, do qual participariam amplos setores da oposição anticollor. Os esforços para encontrar caminhos a fim de desenvolver uma ação oposicionista ampla devem estender-se aos diversos setores organizados da sociedade civil. A criação do Fórum Democrático e Progressista pode combinar-se com a formação de frentes ou outras formas de atuação conjunta no Parlamento e nas entidades de massas, sempre tendo em vista elevar o nível da luta oposicionista e o grau de unidade entre amplos setores políticos. Nas circunstâncias atuais é o caminho pelo qual o povo vai forjando sua união e educando-se politicamente a partir de sua própria experiência.

Seria errôneo e uma fuga injustificável ao curso político ignorar no cumprimento dessa tarefa a existência da oposição conservadora e o papel imediato que pode desempenhar na situação nacional, engrossando a oposição anticollor. É com esse espírito que no momento oportuno o Partido definirá sua posição em face dos novos governos eleitos.

Na presente situação, em que se agrava o quadro internacional com a ameaça de guerra capitaneada pelos Estados Unidos no Golfo Pérsico, tem parti-

cular importância desenvolver a luta contra a guerra, mobilizando amplos setores sociais.

8 O Comitê Central procedeu também um balanço do desempenho do PCdoB nas últimas eleições. O Partido realizou uma campanha eleitoral ampla, arregimentou suas forças e mobilizou largas parcelas da população em torno de bandeiras avançadas. No primeiro e no segundo turnos o Partido fez diversos tipos de alianças, não atrelando sua atuação a esquemas predefinidos nem ficando paralisado pelas condicionalidades criadas pela divisão na esquerda resultante da opção do PT por uma atuação exclusivista. O PCdoB soube situar-se politicamente de acordo com a realidade concreta, atendendo-se à orientação geral de somar forças para derrotar Collor e eleger seus candidatos aos cargos proporcionais. A estratégia do Partido de derrotar Collor foi plenamente vitoriosa com a eleição da maioria dos candidatos a governador que apoiou no primeiro e segundo turnos.

Em termos de desempenho específico, o PCdoB conseguiu manter sua bancada na Câmara Federal, com a eleição de cinco deputados (possivelmente seis ou sete) e conduziu às Assembleias Legislativas dez deputados estaduais. É um resultado aquém das possibilidades do Partido, mas positivo, embora ocorressem derrotas parciais na disputa em alguns Estados.

O Comitê Central examinou também a conveniência de ser convocado oportunamente, no curso de 1991, o 8º Congresso do Partido.

O país está atravessando um difícil período histórico. A perdurar a política governamental em curso, a perspectiva é de alienação crescente da nação e a degradação de sua gente. Mas na conjuntura nacional há largas possibilidades para o avanço da luta do povo pela conquista de seus objetivos fundamentais. Com a responsabilidade de quem tem uma missão histórica a cumprir, os comunistas aceitam os desafios presentes. Colocarão em movimento todas as suas energias a fim de unir e organizar o povo na luta por um Brasil democrático e progressista.

S. Paulo, 10 de dezembro de 1990
O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

Festival de corrupção em Alagoas

Ênio Lins de Oliveira*

O maior escândalo político-eleitoral das eleições de 1990 ainda não tem seu desfecho definido, pelo menos até o fechamento desta edição do jornal. As eleições suplementares de Alagoas, realizada no domingo, 16, é que podem determinar se haverá ou não um segundo turno para governador, entre Geraldo Bulhões e Renan Calheiros. Também as vagas para deputado estadual e federal não estão completamente definidas.

O pequenino Estado nordestino, base política de Collor, protagonizou casos de corrupção e fraude eleitoral que estaremceram o país. Mais ainda porque alguns dos episódios mais escabrosos têm como personagens principais os candidatos colloridos. Segundo denunciou o candidato Renan Calheiros, ex-líder do governo na Câmara, o patrocinador-mor da fraude e do derrame de dólares em Alagoas é a eminência-parda do governo Collor, o empresário Paulo César Farias, o PC.

Fraude, corrupção, compra de votos, violência e "currais" fechados não são novidades em Alagoas. A novidade é que nunca a coisa chegou a um ponto tão ostensivo e escandaloso, de espantar até experimentados "coronéis" e cabos eleitorais.

"Se eu soubesse que era assim, não tinha gasto tanto dinheiro na campanha. Na apuração é que o dinheiro rende votos". A frase dita por políticos fisiológicos, ganhadores ou perdedores, resume como foi a apuração dos votos no Estado. No geral, mais parecia um balcão de negócios ou uma feira livre.

Mas não foi só na apuração. A campanha, em si, foi um festival de esbanjamento de dinheiro. Os candidatos colloridos derramaram dólares em profusão. Cerca de 20 estúdios ultra-sofisticados de produção de TV, dezenas de trios elétricos percorrendo a capital e o interior, artistas pagos a peso de ouro, equipes de produção trazidas dos centros mais avançados do país, repórteres globais - enfim, as campanhas dos aliados de Collor, de um lado e de outro, ganharam um tom inédito em Alagoas pela ostentação.

Segundo a denúncia do ex-líder Renan Calheiros, feita depois do rompimento com Collor, a campanha de seu adversário, Geraldo Bulhões, teria gasto 90 milhões de dólares. Pelo que se viu dos dois lados, essa cifra ainda é tímida.

Um caso ilustrativo é o da "batalha de Batalha". No dia 3 de outubro, na cidade sertaneja de Batalha, o comitê de um candidato a deputado federal "collorido" descobriu, estarecido, que não havia combustível em nenhum posto de toda a região. É que outro candidato, também aliado de Collor, que disputava o "curral", tinha adquirido na véspera, à vista, todo o estoque de gasolina, álcool e diesel de todos os postos. Pior, quando tentaram telefonar pedindo socorro, as linhas tinham sido cortadas...

A fraude em Batalha foi tão escandalosa, que o TRE alagoano anulou todos os votos do Município. Mais recentemente, após as eleições, o Governador Moacir Andrade, que apóia Geraldo Bulhões, transferiu todo o governo para essa cidade, prestigiando acintosamente, os responsáveis pela anulação do pleito no município. Nas vésperas da eleição do 1º tur-



Collor votando em 3 de outubro na mais fraudada eleição da história de Alagoas

no, o derrame de dólares chegou a tal ponto que a cotação da moeda norte-americana, em Alagoas, estava bem abaixo da cotação nacional. Muita gente viu, em feiras do interior, os barraqueiros usando e aceitando dólares como moeda corrente.

Também a violência marcou presença antes e durante a eleição. Os casos mais conhecidos foram os assassinatos de dois delegados de polícia no Sertão, e um cabo eleitoral collorido.

Em inúmeros locais de Alagoas os eleitores foram às urnas, no dia 3, sem saber que elas já estavam cheias, ou "engravidadas". Outros, quando chegaram para votar, descobriram que alguém já tinha votado em seu lugar, quase sempre um membro da própria mesa receptora, aliciado por candidatos. Isso aconteceu com a mãe do candidato a vice-governador Severino Leão, da chapa de Renan. Ocorreu também com o promotor Rogério Queiroz, de Porto Calvo. O deputado federal Eduardo Bonfim, candidato a estadual, foi votar na sua seção, em Maceió, e estranhou ao ver muitos eleitores voltando para casa sem votar. Bonfim foi verificar e os mesários lhe disseram que

ele próprio não poderia votar porque não havia mais cédulas eleitorais. Foi preciso que o candidato denunciasse ao TRE para as cédulas aparecerem.

Em cidades do sertão como Batalha e Belo Monte, candidatos "de fora" não podiam sequer fiscalizar a votação: é o reduto fechado, o voto de cabresto, onde tudo é permitido para os donos dos "currais".

Se a campanha e a votação foram recheadas de irregularidades, ainda era pouco diante do que estava por vir: a apuração dos votos. Aí, houve lugar para todo tipo de falcatruas. "Tudo foi violado: o Código Eleitoral inteiro, todas as leis e resoluções, os regulamentos, tudo virou letra morta diante do poder do dinheiro", testemunhou o advogado da Frente Popular (PT, PCdoB, PSB, PCB), Marcelo Malta.

De fato, valeu de tudo. O desembargador-presidente do TRE, Hélio Cabral, não se conteve e desabafou em entrevista coletiva: "Foi o maior escândalo eleitoral já visto em Alagoas". Ele definiu como "Bandalheira" o que foi constatado na apuração.

Os números da "votação" de cada candidato - principalmente as proporcionais - varia-

vam da noite para o dia conforme sua disponibilidade de dinheiro. Ganhou corpo e prosperou a indústria do "mapismo", que acabou sendo o esquema definidor da apuração. Era a adulteração dos mapas eleitorais, feita de forma até grosseira e ostensiva - e o que é pior, uma adulteração era logo depois novamente adulterada porque outro candidato também havia pago e exigia seus "votos". Em questão de horas, sumiam votos de um candidato, passados para outro, ou chegava-se ao absurdo de haver urnas sem uma só abstenção, sem um só voto nulo ou branco - todos transferidos, via fraude, para candidatos ou legendas. Se na eleição houve "boca de urna", na apuração houve "boca de Junta", e a mais célebre, pela compra e venda ostensiva de votos, ficou sendo a Segunda Junta, que funcionou no ginásio do Sesc, em Maceió. "Aquilo não era apuração, era um pregão da Bolsa", ironizou o jornalista Ricardo Mota, que cobriu para a TV todo o processo - obviamente, a maior parte das matérias e depoimentos que colheu foi censurada nas emissoras dos Collor de Mello, pois envolviam exatamente candidatos colloridos.

A Frente Popular, que reuniu a chapa progressista e de oposição ao esquema Collor, era um corpo estranho a todo esse mundo de fraude e corrupção - e por isso acabou sendo a maior prejudicada na história. Um exemplo é o sumiço dos votos de Eduardo Bonfim (PCdoB), candidato a deputado estadual. Nos boletins de urna, logo após a apuração, o nome de Bonfim constava como sendo o segundo mais votado na capital. Mas, quando foram divulgados os números "definitivos", ele caiu para a quarta colocação.

Os escândalos pipocaram na imprensa de todo o país e repercutiram forte: afinal, os fatos em Alagoas envolviam o esquema apoiado por Collor, sua família e seus amigos mais íntimos. O TRE anunciou o indiciamento de três juízes envolvidos nas fraudes: Raimundo Lessa (que "dirigiu" a apuração na célebre Segunda Junta) e outros dois do interior, Luiz Gomes e Ilza Maria. Anunciou-se também a anulação dos votos em 121 urnas de Maceió e em outros cinco municípios do interior, num total de quase 80 mil votos que seriam disputados em eleição suplementar.

Mas, passado o alarido inicial, seguiu-se a calma do "abafa" e dos arranjos. Dois municípios anulados - Girau do Ponciano e Campo Grande - já não têm novas eleições, mas recontagem dos votos, ou seja, os donos dos "currais" garantem a eleição. Em Maceió e nos outros três municípios (Batalha, Belo Monte e Jacaré dos Homens), onde foi marcada a eleição suplementar para o domingo, 16, estarão em jogo 51 mil votos. Mas, ao contrário do que se esperava para moralizar o processo, será permitido o voto nominal, o que facilita a corrupção e a fraude. Dez dias antes do pleito, candidatos resmungavam contra a inflação do preço do voto: a cotação do dia, segundo eles, era de Cr\$ 15 mil por unidade.

Os três juízes indiciados por fraudes, até agora, não foram sequer convidados a prestar depoimento e nem o serão. A sensação na opinião pública alagoana é a de que, mais uma vez, tudo vai dar em nada. É a "modernidade" da era Collor.



Direito à caricatura em órgão de circulação nacional só com Rosane Malta Collor, 68 anos depois (caricatura de Paulo Caruso, Isto É/ Senhor).

Volta aos anos 30

A eleição alagoana, de tão atípica - seja qual for o resultado do pleito suplementar, havendo ou não o 2º turno - vai ficar na história do Estado por vários motivos, mas deixa conseqüências terríveis. A primeira é a desmoralização do próprio processo eleitoral, que já se manifesta na previsão de um altíssimo índice de abstenção no pleito suplementar; o povo está descrente, não confia no resultado das urnas.

O retrocesso político do Estado é flagrante. Se for mantida a composição até agora "eleita" da Assembléia Legislativa, não haverá um só deputado estadual

de oposição ou mesmo independente. Só donos de currais ou políticos fisiológicos e clientelistas, ligados a Collor.

Da bancada de nove deputados federais, só um de oposição tem eleição garantida até agora: José Thomaz Nonô, do PFL. Outros dois, Olavo Calheiros (irmão de Renan, agora na oposição) e Mendonça Neto, estão com a eleição ameaçada no pleito suplementar, já que existem candidatos colloridos no seu encaixe, recheados de dólares.

O que existe de mais grave no caso da Assembléia Legislativa é que, se na eleição suplementar não se conseguir eleger pelo menos um ou dois candidatos da Frente Popular, não haverá oposição,

nem mesmo alguém com postura independente: o Poder Legislativo estará, todo ele, submetido ao esquema Collor e tomado pelo "é dando que se recebe". Não será exagero afirmar que Alagoas terá regredido, na Assembléia, ao mesmo nível dos anos 30, quando umas poucas famílias abastadas e influentes detinham todo o comando do Estado à força de armas e dinheiro.

Todos os deputados tidos como eleitos até o fechamento desta edição - isto é, sem contar os votos da eleição suplementar, que pouco alterarão a composição geral - vieram, sem exceção, de redutos fechados do interior. Só a família Malta, por exemplo - cujo membro mais influente no momento é Rosane Malta

Collor, esposa do presidente - elegeu três deputados estaduais, o que significa mais de 10% de toda a Assembléia. Esta oligarquia sertaneja retorna com força total após várias décadas em segundo plano (veja matéria a seguir). Outro elo, a família Ferro, elegeu dois deputados estaduais, Cícero e Sertório, com os votos de cabresto de seus "currais". Pelo menos outros dois deputados estaduais se elegeram exclusivamente com os votos dos municípios onde suas famílias mandam e desmandam.

Nestes redutos, as urnas já estão cheias antes da votação, e os votos já estão contados antes da apuração. "Moderno", como Collor gosta.

* da sucursal de Alagoas.

OLIGARQUIA MALTA

De Mata Grande para o Planalto

A oligarquia Malta, baseada em Mata Grande, cidade do sertão alagoano, foi particularmente poderosa no início do século. Exerce diretamente o posto de governador durante quatro mandatos consecutivos, de 1900 a 1912 (o mandato era de 3 anos). A partir de então, passa a jogar em segundo plano. A volta desta velha oligarquia se dá hoje, em grande estilo, graças à "modernidade collorida".

A glória passada, nas primeiras décadas

Os irmãos Euclides e Joaquim Paulo Malta revezaram-se no exercício do posto de Governador do Estado de Alagoas nestes tempos de hegemonia absoluta desta oligarquia sertaneja. Euclides Malta foi governador por três mandatos: 1900-1903; 1906-1909 e 1909-1912.

Em 1912, a "Política de Salvações"

levada adiante pelo Marechal Hermes da Fonseca, então presidente da República, depõe os principais grupos de coronéis (Acioli/CE; Rosa e Silva/PE; Malts/AL) que dominavam, praticamente desde o Império, o Norte-Nordeste, substituindo-os por outros grupos afinados com o governo federal.

A oligarquia não deixou o poder exclusivo sem tragédia. O líder oposicionista Bráulio Cavalcante é assassinado pelo próprio Secretário de Interior do governo deposto, tenente Brayner, quando discursava no ato público pela derrocada dos Malts, em 10 de março de 1912.

Neste período (1900-1912) o principal escândalo é o empréstimo externo de Alagoas, contraído junto à bancos franceses com a justificativa da construção do Teatro Deodoro e outras obras e que edifica a fortuna de apaniguados do governo. Este escândalo volta à tona em 1934 e 1950.

Na decadência, a projeção pela tragédia

Em decadência, a família joga papel secundário no Estado, divide-se na disputa pelo poder dentro de seus "domínios" e nas alianças com os principais grupos que agora disputavam o poder estadual.

Durante este longo período, torna-se acontecimento nacional o tiroteio de 1950. O episódio se dá na sucessão do Governador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, irmão do poderoso General Góis Monteiro, ministro da Guerra do Estado Novo.

O Governador Silvestre (anticomunista e aloucado, com mania de honestidade, havia "desenterrado" o caso do empréstimo externo de Euclides Malta) tinha se aliado ao prefeito de Mata Grande Moacir Peixoto, membro da família Malta por sua esposa. Em oposição a Silvestre e ao prefeito, o outro lado da família posicionou-se ao lado de Arnon de Mello (pai do atual Presidente). A oposição era respaldada por dois irmãos dissidentes do Governador Góis Monteiro, o Senador Ismar e Edgar.

Em 3 de outubro de 1950, dia da eleição, a cidade de Mata Grande presenciou, em vez da votação, um cerrado tiroteio. São literalmente fuzilados pelas forças do Prefeito e pela polícia do governador, seu adversário Eustáquio Malta e dois de seus filhos menores, além de um empregado. Entre os feridos, o senador Ismar, atingido com um tiro na bunda.

É um grande escândalo nacional. O nome da velha oligarquia só volta ao noticiário nacional 39 anos depois.

Poder farto, oligarquia unida

Como nos bons anos 10, os anos 90 contemplam a oligarquia com uma generosa fatia do Poder. As disputas internas passam para um segundo plano. Eleitos (a se confirmar os resultados da inacabada e corrupta eleição em Alagoas) quatro integrantes de diferentes ramos da família. Deputados Estaduais são três: Eraldo Malta, César Malta (reeleito) e Laércio Malta. Vitório Malta, primo e cunhado da primeira dama, é o Deputado Federal mais votado em Alagoas.

Nem com a eleição (1) de Collor ao Governo de Alagoas em 1986, tais resultados foram obtidos, pois este como candidato de oposição, apoiado pelas mais importantes forças progressistas do Estado, foi hostilizado pela maioria da



Caricatura de Euclides Malta, quando de sua deposição em 1912. Publicada no "GATO" com a seguinte legenda: "Expulsão dos Cangaceiros Malts ou a retomada de ... Alagoas".

família Malta. Com Collor ficaram os pais de Rosane Malta e um tio, Laércio Malta (que não conseguiu ser reeleito). Os demais ramos fecharam com o PFL e elegeram um deputado Estadual, César Malta (então em oposição a Collor). A família só volta a se unir com a guinada definitiva de Collor à direita, na campanha presidencial de 1989, e mais particularmente na campanha estadual de 1990, graças ao poder central e suas fartas benesses locais.

A propósito, Inhapi, cidade nos domínios da Família, proporcionou em 89, as maiores votações proporcionais contra Collor (no 1º e 2º turno) em Alagoas. Foi considerado a principal causa disto, o trabalho do vereador e sargento PM Jonas Agripino, ex-aliado dos Malta que rompeu, filiou-se ao PDT e passou a trabalhar com as forças mais progressistas da cidade. Em janeiro de 1990, foi assassinado na porta de casa, em Inhapi, crime até agora "não esclarecido".

Cidade (ou região)	Votos totais apurados na cidade	Candidato	Votos obtidos	% sobre todos os votos do município
1 A - Mata Grande	10.348	Família Malta (3 candidatos)	8.906	86.06%
B - Canapi	8.180	idem	5.143	62.02%
C - Inhapi	8.299	idem	4.991	60.20%
2 Pindoba	3.875	L. Cardoso	2.990	77.16%
3 Minador do Negrão	4.865	Cícero Ferro	3.022	62.10%
4 Piranhas	6.608	W. Luiz	3.676	54.96%
5 Flexeiras	7.906	B. Lira	4.267	53.97%
6 S. Luiz do Quitunde	12.685	Fátima Cordeiro	6.433	50.71%
7 Cururipe	16.807	J. Carvalho	6.776	40.32%
8 Major Izidoro	8.748	A. Amaral	4.418	39.67%
9 A - Pão de Açúcar	7.276	E. Maia	2.642	36.31%
B - Palestina	2.194	Idem	762	34.73%
C - Tapera	9.290	Idem	3.057	32.91%
10 S. Sebastião	10.168	Sertório Ferro	3.426	33.09%
11 Água Branca	12.726	Zeca Torres	3.873	30.43%

Tabela dos donos de mais de 30% de todos os votos de um único município.

(1) No governo Collor (1987-1989) dois episódios aguçaram os atritos familiares. Em 87, Joãozinho Malta (irmão da primeira dama), juntamente com um tio, assassinaram um adversário político. E em 1988, Laércio Malta (primo da primeira dama) repete o caso. A tensão, mesmo que por pouco tempo, dos integrantes da família gera tensão e atritos entre as filhas da família e destas como o próprio governador, hoje superados.

Investigação sobre Perus pode esclarecer crimes no Araguaia



O ex-guerrilheiro Dower depõe à CPI

A CPI da Câmara Municipal de São Paulo sobre o cemitério clandestino da ditadura revela que podem estar enterrados lá combatentes do Araguaia assassinados pelo Exército; e surge a possibilidade de reabrir o processo que as famílias dos guerrilheiros movem contra a União.

A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara Municipal de São Paulo para investigar as centenas de ossadas clandestinas descobertas no Cemitério Dom Bosco no bairro de Perus em São Paulo, está servindo para elucidar muitas das atrocidades cometidas pelo regime militar.

Esta CPI é presidida pelo vereador Júlio César Caliguri filho (PDT) e tinha como relator o vereador Aldo Rebelo do PCdoB, que por ter sido eleito Deputado Federal, cedeu seu lugar a Vital Nolasco, também do PCdoB. Ela vem colhendo depoimentos importantes de pessoas envolvidas nos tristes episódios de repressão aos direitos democráticos e agressão aos que não compactuavam com a situação de desmandos e penúria vigente na época.

Pelo lado dos agressores já depuseram personagens como o coronel da reserva e deputado estadual Erasmo Dias, ex-secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo na época da ditadu-

ra militar. Paulo Salim Maluf, que era prefeito biônico de São Paulo nesta mesma época, já foi notificado para depor, mas vem se recusando.

Já pelo lado das vítimas, os depoimentos têm sido esclarecedores, entre eles, o do médico sanitarista Dower Moraes Cavalcanti, que participou da Guerrilha do Araguaia. Dower fazia parte do destacamento C, comandado por Bergson Gurjão Farias, e foi capturado pelo exército em junho de 72, quatro meses após o início da resistência armada.

Em seu depoimento, ele contou que após ter sido preso foi levado a todos os lugares por onde havia militado: São Paulo, Fortaleza e Rio de Janeiro para ser interrogado, e que esta prática se deu com todos os outros guerrilheiros capturados vivos. Em 1986, Dower visitou a região do Araguaia e colheu depoimentos de antigos moradores atestando que pelo menos dois dos 59 guerrilheiros desaparecidos, Daniel Callado e Áurea Valadão, aprisionados na Base Militar de Xambioá, embarcaram num helicóptero, e portanto não foram executados naquela região. Além de Daniel e Áurea, foram presos vivos Telma Regina Correa, Dinalva Oliveira Teixeira, Jana Moroni e Maria Célia Corrêa, entre outros.

Assin sendo, é bastante provável que a prática de interrogatô-

rios em várias cidades tenha sido aplicada também a esses prisioneiros até hoje desaparecidos, e alguns deles podem efetivamente ter sido assassinados em São Paulo e enterrados na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco no bairro de Perus.

O principal desdobramento destes depoimentos pode ser a reabertura do processo que os parentes dos 59 desaparecidos da Guerrilha do Araguaia moveram em 1985 contra a União, e que acabou sendo arquivado na 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília por insuficiência de provas.

Serão ouvidos na próxima seção da CPI Luis Eduardo Greenhalg, que em 1985 advogava para os familiares dos desaparecidos, Elza Monerat, dirigente nacional do PCdoB e participante da Guerrilha do Araguaia, além de José Genoíno Neto, este último a fim de esclarecer seu depoimento prestado à Justiça sobre a forma de enterro dos guerrilheiros mortos.

O total esclarecimento por parte dos envolvidos nestes casos de desaparecimento, e que até hoje são ocultados pelo exército brasileiro, fará com que se restitua à história de nosso país a memória de tão bravos defensores da liberdade e da justiça social, como foram os combatentes que tombaram na Guerrilha do Araguaia.

Rogério Siqueira

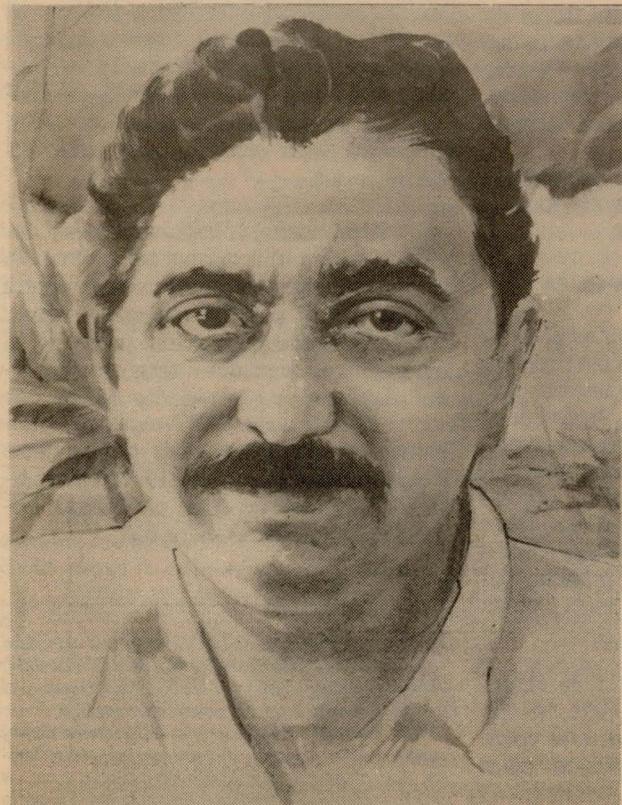
Ato por direitos humanos

A Câmara Municipal de São Paulo, em Seção Extraordinária no último dia 11 de dezembro, realizou ato lembrando o 42º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A solenidade teve sua importância aumentada justamente por causa da CPI que apura a origem das ossadas clandestinas encontradas no Cemitério Dom Bosco no bairro de Perus em São Paulo.

A solenidade foi aberta pela cantora Ana de Hollanda, que interpretou a canção *Angélica*, composta por Chico Buarque de Hollanda para Zuzu Angel, mãe de Stuart Angel, ambos assassinados pela ditadura militar.

Estiveram presentes familiares de desaparecidos na época da ditadura e ativistas de entidades em defesa dos direitos humanos, além de representantes dos partidos políticos progressistas, entidades sindicais e populares.

Ao final, os integrantes da CPI das ossadas reiteraram o compromisso de levar até às últimas consequências as investigações já iniciadas, em que pesem as diversas ameaças anônimas de morte que vêm recebendo.



Chico Mendes: justiça chegou tarde de mais

Cadeia para os que mataram Chico Mendes

Começou dia 12 último, em Xapuri (AC), o julgamento dos dois principais responsáveis pelo assassinato, há dois anos, do líder sindical e defensor da ecologia Chico Mendes. Darly Alves da Silva, o mandante, e seu filho Darci, e executor do crime, têm chances praticamente nulas de escaparem de uma punição severa. Poucas horas depois de instalado o júri, Darci voltou a confessar a autoria dos disparos que puseram fim à vida de Chico, e embora Darly se recusasse a assumir a própria culpa há evidências mais que suficientes para comprová-las.

Envolvidos na prática de vários outros assassinatos, e conhecedores da tradicional impunidade de que desfrutam os crimes do latifúndio em nosso país, Darly e Darci cometeram porém um erro de cálculo ao tramarem a morte do sindicalista acreano. Há alguns anos Chico Mendes ganhara notoriedade internacional, ao participar de projetos de defesa da floresta amazônica patrocinados por entidades como o

Banco Mundial.

Este organismo e outros que durante várias décadas patrocinaram projetos de desmatamento nas matas tropicais brasileiras, e de outras nações dependentes estavam cada vez mais preocupados com as consequências nocivas que a devastação praticada pelos fazendeiros poderia trazer... para a ecologia e o clima dos países do primeiro mundo. Em 1988, por exemplo, uma onda de calor causou prejuízos econômicos de vulto em vários Estados norteamericano, e surgiram indícios de que uma das causas era o aquecimento da atmosfera terrestre, motivado também pela queimadas na Amazônia.

Durante algum tempo as autoridades policiais tentaram de várias maneiras proteger os implicados no crime, e uma das ações mais descaradas foi praticada pelo então delegado da PF, Sposito, hoje assessor direto de Romeu Tuma. Aos

poucos, porém, uma irresistível onda de esforços internacionais fez prevalecer, e selou o destino dos Alves da Silva. Esperava-se a presença em Xapuri, durante os dias do julgamento, de centenas de correspondentes dos principais jornais e redes de televisão do mundo, e o próprio ministro Jarbas Passarinho chegou a afirmar que esperava a condenação dos assassinos.

Mas assim como não foi capaz de impedir a morte do próprio Chico, não há motivo algum para supor que a pressão internacional possa evitar que continuem perdendo a vida na Amazônia líderes sindicais menos famosos que ele. Só nos últimos dez anos cerca de 1200 deles foram assassinados e a esmagadora maioria dos criminosos está à solta. Nestes casos a Justiça contém tão cega quanto nos casos tão insensível quanto a opinião pública do primeiro mundo.

Thatcher: roupas novas para idéias velhas

José Carlos Ruy*

"Só ela poderia ter posto os argentinos para correr e, dois anos depois, os trabalhadores das minas", escreveu o editorialista da revista inglesa *The Economist* sobre Margareth Thatcher. A franqueza característica dessa publicação dirigida aos empresários, políticos e outros membros da elite mundial, ressalta dois dos principais traços da chamada "revolução thatcheriana": a reafirmação guerreira do imperialismo britânico, numa ação implacável contra aquele que é provavelmente o mais branco e europeu dos países subdesenvolvidos, a Argentina, e a derrota e submissão do movimento operário inglês.

Margareth Thatcher foi saudada, desde sua ascensão ao poder em 1979, como a heroína de tempos novos, uma Joana D'arc (sua origem humilde, filha de um quitandeiro do interior da Inglaterra, fazia dela uma figura estranha no ninho dos aristocratas do Partido Conservador) revivida a capitanear as hostes neoliberais que se reorganizavam na crise do capitalismo europeu dos anos 70, crise que expôs os limites do estado de bem-estar social de inspiração keynesiana.

Programa antigo

Paradoxalmente, seu programa - apresentado ao mundo desde então como Evangelho de modernidade - era, ao contrário muito antigo. Ele enfatizava velhas idéias liberais sobre as virtudes do mercado para harmonizar os interesses conflitantes e gerar, através da busca egoísta de satisfazer interesses particulares, a felicidade coletiva. Um programa velho de 200 anos, desde sua formulação por Adam Smith, no último quartel do século XVIII. Traduzido em lemas compreensíveis ao senso comum, esse programa enfeitou idéias velhas como "ajuda-te a ti mesmo" ou "cuida do que é teu". Essa renovação do velho receituário liberal pretendeu - pretende ainda - uma verdadeira revolução, a descoberta definitiva do caminho para a felicidade. Correu mundo, influuiu nos EUA, na Europa, ganhou adeptos em todas as partes. Parece confirmado desde novembro de 1989, quando a queda do muro de Berlim assinalou o vagalhão que varreu as ditaduras burocráticas do Leste europeu e começou sua substituição por governos abertamente burgueses. Seu eco brasileiro foi a eleição de Fernando Collor de Mello, que levou para a presidência uma caricatura de programa que a "Dama de Ferro" impôs à Inglaterra.

Reafirmar o imperialismo e derrotar a classe operária - não há novidade nisso. Longe de moderno, esse programa é a reafirmação de velhos preconceitos burgueses e aristocráticos, que luta contra a eclosão do novo autêntico, a instauração de uma sociedade sem privilégios, baseada na solidariedade, na ampliação da liberdade individual com a diminuição do controle estatal sobre a vida dos cidadãos, na autodeterminação dos povos, no amparo aos incapazes para o trabalho, na divisão cada vez mais igualitária dos frutos do trabalho de todos.

O ano de 1990 foi apresentado como o da vitória definitiva do capitalismo, e da derrota igualmente definitiva do socialismo. A pretensa modernidade representada por políticos como Margareth Thatcher parecia consolidar-se e iniciar aquilo que a ex-governanta inglesa um dia definiu como "um novo milênio de reformas". A festa, porém, durou pouco, e a velha roupa que fantasiava um velho decrépito como um jovem e moderno arlequim começou a esgarçar quando o Iraque anexou o Kuwait, rasgou com a falência financeira do governo norte-americano, e beirava os andrajos quando Thatcher renunciou ao governo para salvar o Partido Conservador.

Um ano curto

1990 foi, assim, um ano curto. Ele revelou - sob a brilhante fosforescência do modelo neoliberal, o cruel agravamento dos velhos problemas. Afinal, como os militares brasileiros de 64, Thatcher não inventou nenhum problema novo, apenas adiou os antigos e agravou sua solução. O balanço de seus onze anos é cristalino. Em 1979, a inflação inglesa era superior aos 15% anuais. Seu rígido monetarismo conseguiu baixá-la para perto de 2% em 1982, mas logo ela disparou, e hoje é de quase 11%, "de longe a maior entre os países industrializados", diz o jornal *Le Monde*. A produção industrial está em queda há meses, e o PNB declina (foi de 2% em 1989 e poderá ser menor que 1% em 1990). A violência urbana, que foi um forte tema para os conservadores em 1979, hoje é maior do que nunca na Inglaterra. Os impostos caíram drasticamente para os ricos (que chegavam a pagar 98% de impostos sobre herança antes de Thatcher), e subiram para todos os britânicos que, hoje, pagam mais em taxas e impostos sobre mercadorias. Essa política fiscal atinge a todos indistintamente,



ricos e pobres, e é particularmente penosa para os pobres. Os pobres ficaram mais pobres e os ricos mais ricos durante o período Thatcher - um resultado que, para os brasileiros, não surpreende: ele é semelhante ao produzido pelas décadas de ditadura militar, de transição conservadora e, agora, de um governo "modernizante", à Thatcher.

Outra promessa de Thatcher foi diminuir o tamanho do Estado. Privatizou empresas estatais, serviços públicos (como o saneamento e os serviços de água), foi dura com o funcionalismo público e reduziu drasticamente os benefícios gerados pelo estado assistencial duramente construído na Inglaterra após a Segunda Guerra. O resultado, mais uma vez, confirma uma afirmação feita pelo governo Thatcher: para cada benefício gerado por uma medida de seu governo, surge também um malefício. Assim, seu governo fomentou uma clara virada para a direita do aparelho judiciário do Estado, dando aos juízes, militares, policiais e altos funcionários públicos, os maiores aumentos salariais no setor público durante os onze anos que governou a Grã-Bretanha. Ao lado disso, a moral dos demais servidores públicos (principalmente professores, médicos e enfermeiros) caiu, juntamente com os seus rendimentos - de tal forma que, diz o *Le Monde*, a burguesia inglesa assusta-se hoje com o resultado dessa política: "o recuo generalizado do Estado se traduziu numa baixa da qualidade da educação e da formação (da mão de obra), e por uma degradação das infra-estruturas" sociais essenciais para o funcionamento do capitalismo britânico.

Defensora de um Estado diminuto, Thatcher patrocinou também a hipertrofia da máqui-

na policial, impondo restrições às livres manifestações do pensamento e à liberdade de expressão. Em consequência, o Estado liberal diminuído, privatizado, que se afasta da economia, tem como contrapartida um crescente controle estatal sobre a vida dos cidadãos. A liberdade para as empresas traduz-se, assim, na limitação das liberdades individuais.

Balanço Melancólico

Aliás, essa é a verdade antiga que os neoliberais, por má-fé ou ignorância, parecem desconhecer. A própria cronologia do Governo Thatcher demonstra com clareza. O programa de privatizações dependia, antes, da derrota dos sindicatos - um esforço que consumiu os primeiros cinco anos de seu governo. Em 1980, surgiram as primeiras restrições legais às greves de solidariedade, ampliadas em 1982. Em 1984, o governo introduziu a exigência de votações secretas nas assembleias, para a decretação de greves. O enfraquecimento dos sindicatos foi drástico. Entre 1979 e 1990, o número de dias parados caiu de quase 30 milhões ao ano para cerca de 2,5 milhões nos primeiros 8 meses de 1990; o número de trabalhadores sindicalizados, no mesmo período, caiu de 12 milhões para quase 8,5 milhões.

Nesse contexto, a capacidade dos trabalhadores reagirem contra a entrega de empresas estatais para o grande capital privado parecia tão pequena quanto a forma dos argentinos para recuperar as Ilhas Malvinas. E, em 1984, quando os mineiros tentaram reagir, aguentaram um ano de repressão policial e cerco econômico, mas não conseguiram dobrar a "Dama de Ferro".

Thatcher governava a Inglaterra - disse certa vez seu adversário conservador Edward Heath - como se o país fosse "um grande armazém de secos e molhados". Ela própria, certa vez, explicou seu receituário. "Minhas políticas - disse - não estão baseadas em nenhuma teoria econômica mas em princípios sob os quais eu e milhões como eu fomos educados. Estes princípios são: para um dia honesto de trabalho uma paga diária honesta; não viva acima de seus meios; faça um pé de meia para um dia chuvoso; pague suas contas em dia; apóie a polícia". Para uma vovó velha e conservadora, princípios como esses podem colocar um pouco mais de comida na mesa e ter a casa organizada. Como direção para a política econômica e social de um estado moderno, porém, o receituário é modesto, atrasado e pouco eficiente. Não tem nada da modernidade que alardeia. Anthony Burgess, um dos maiores escritores ingleses vivos, autor de "A Laranja Mecânica", transformado em filme por Stanley Kubrick, destaca essa falta de originalidade. Membro de uma geração que lutou contra o nazismo e ajudou a construir o Estado assistencial inglês, ele diz que "dar a esse monetarismo ou 'mercadismo' o nome da 'dama' é dar a ela mérito por uma originalidade que não possui. Trata-se de um típico produto da classe comerciante que canta hinos, mas odeia idéias".

Paradoxalmente, essa mulher sem idéias acabou colhida na armadilha de seus próprios truques. Campeã do neoliberalismo, cujo culto ao mercado apaga as fronteiras nacionais, dilui as classes sociais e só enxerga os indivíduos e seus interesses egoísticos, ela caiu vítima de um clamor público contra o *poll tax*, imposto único por cabeça que ela inventou para substituir o imposto territorial, pela inflação que começou a crescer descontrolada, pelas greves que ameaçam alastrar-se pela Inglaterra. Mas, principalmente, pela defesa apaixonada do velho nacionalismo. Martin Jacques, admirador de Thatcher e editor da revista *Marxism Today*, diz que "sua concepção da Europa, que se resume ao velho conceito de Estado-nação, e não permite nenhum arranjo na soberania, colocou-a na contramão dos principais líderes europeus". Thatcher resistiu o que pôde à plena integração da Inglaterra na Europa-92. Foi a gota d'água que envenenou Thatcher do governo.

*Jornalista e colaborador da Classe.

O discurso de Ramiz Alia na ONU

Na última reunião plenária realizada dias 7, 8 e 9 de dezembro, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil decidiu publicar em seu órgão central, a *Classe Operária*, trechos do discurso pronunciado pelo camarada Ramiz Alia, primeiro secretário do PTA e chefe de Estado da RPS na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. A publicação visa a informar o coletivo partidário sobre as posições internacionais adotadas pela Albânia. Durante a reunião plenária do CC do PCdoB foram emitidas opiniões críticas sobre o documento. Em reuniões a se realizarem em breve os órgãos dirigentes do Partido examinarão com mais detalhes os pontos de vista nele expressos.



Ramiz Alia

"Viemos a esta importante reunião com o desejo de contribuir, na medida de nossas possibilidades, para o reforçamento da cooperação internacional, a garantia de paz e segurança de todos países e povos, sejam pequenos ou grandes.

O ano transcorrido desde a reunião anterior da Assembleia Geral da ONU está repleto de numerosos acontecimentos, uns portadores de esperanças, outros cheios de ameaças. Porém, o resultado é o surgimento de uma esperança de que finalmente a humanidade, às portas do século XXI, pode guiar-se na solução dos conflitos pela razão e não pelo recurso à força, pela cooperação e não pela confrontação, pelo entendimento e não pela desconfiança.

É muito alentador ver como, não obstante as dificuldades, se está abrindo caminho ao conceito de que a segurança dos povos e nações pode ser real e duradoura sempre e quando se instaure um sistema de segurança geral e em benefício de todos, da mesma forma que a distensão

política poderá ter uma base estável se for menor o fosso da desigualdade econômica entre os diversos países, se os países pobres forem ajudados a integrar-se na corrente geral de desenvolvimento moderno e aproveitamento dos bens materiais e espirituais de nosso tempo.

Certamente, os diversos conflitos, políticos, ideológicos, econômicos e sociais não deixaram de agitar o mundo, nem tampouco foram eliminadas as causas e os fatores que os engendraram. Não obstante o essencial é que está se criando a opinião geral de que com os velhos conceitos e métodos não se podem resolver os problemas internacionais nem eliminar os perigos que ameaçam a paz e a segurança geral.

O processo de diminuição da tensão, se se cristalizar e se afirmar ainda mais com a participação ativa de toda a comunidade internacional, gostaríamos de considerá-lo não só como um grande resultado, senão também como uma virada positiva, fundamental para a edificação de novas relações internacionais.

Temos a impressão

de que o que está ocorrendo atualmente na Europa e que está sendo chamado de processo de cooperação e segurança européia, orienta-se nesta direção.

(...)

Temos sido e somos pela democratização das relações internacionais em que se escute e se considere a voz de todos os países. É certo que as grandes potências têm a responsabilidade particular na salvaguarda e fortalecimento da paz. Porém não se pode conceder-lhe o direito de ditar e impor esta paz segundo seus interesses particulares e seus critérios políticos ou ideológicos. As normas que regem as relações internacionais, os vínculos mútuos, a garantia da paz, devem resultar do pensamento, da experiência e contribuição de toda a comunidade internacional, do consenso de todos os povos.

Neste contexto não se pode deixar de valorizar e considerar como promissores as alterações produzidas nas relações entre Estados Unidos e União Soviética, os acordos firmados em relação ao desarmamento, e,

em geral, sua maneira de considerar a segurança recíproca e geral. Se a distensão entre as duas superpotências torna-se global e se estender a outros setores além do armamentista acarretará benefícios a todos.

No entanto, na situação em que nos encontramos não podemos dizer que tenha sido superada a política de blocos de sua prática. O pior é que ainda não se renunciou à prepotência inspirada pela política da força, a qual se reflete no fato de que continuam os esforços para impor aos demais países modelos, bandeiras e esquemas de desenvolvimento político e social. A prática tem mostrado que as pressões para fazê-los obrigatórios para cada país tem conduzido a conflitos, que ainda atormentam o mundo atual.

A Albânia tem seguido com atenção e saudado sem titubeios os processos democráticos que estão se produzindo atualmente na Europa, o processo da CSE, ao qual nosso país aderiu a participar em algumas atividades.

Em todo o momento e em todas as épocas o destino do povo albanês tem estado indissolúvelmente vinculado ao dos povos deste continente. É precisamente por isto que a Albânia se sente participante ativa nos processos que se produzem na Europa.

(...)

As mudanças que estão em curso atualmente na Europa Central e do Leste europeu, as complexas e ainda indefinidas situações que se estão criando nesta vasta zona, as novas e diversas contradições que surgem e que não se sabe que formas vão adquirir, nem que conseqüências terão, requerem por parte de todos uma séria reflexão e prudência nos juízos e atos. Por si só a exaltação da democracia e dos direitos humanos não podem ser a chave mágica que resolverá todos os enormes problemas, diríamos inclusive dramáticos, que afetam esses países. É um fato notório que em alguns países esta exaltação está conduzindo à anarquia, à decadência e degradação da vida política, social e econômica, a choques e enfrentamentos com características de guerra civil.

Como todo mundo, também os países europeus se encontram em diferentes graus de desenvolvimento, resultado da diversidade das vias históricas de desenvolvimento que têm seguido e que, em conjunto, determinaram e condicionaram seu modo de existência política.

(...)

A prática demonstra que sem o desenvolvimento econômico de todos, sem uma frutífera cooperação

PTA adota pluripartidarismo

Quando fechávamos esta edição ocorreram fatos de grande impacto político na República Popular Socialista da Albânia. Na seqüência de manifestações estudantis realizadas no campus da Universidade Enver Hoxha, em Tirana, exigindo reformas políticas e econômicas no país, o Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia decidiu adotar o pluripartidarismo. O primeiro-secretário do CC do PTA, camarada Ramiz Alia, recebeu uma delegação de estudantes e se comprometeu a atender suas reivindicações. No dia 12 anunciou-se durante uma manifestação de milhares de pessoas a formação do Partido Democrático (Partido da Nova Intelectualidade). Informações provenientes de Tirana dão conta de que houve remanejamentos na direção do PTA com a exclusão de cinco membros do Biro Político, entre eles Foto Çami, considerado um dos principais ideólogos do PTA.

que crie as possibilidades de progresso também para o resto, sem o estabelecimento de relações sinceras e de igualdade entre os Estados, que excluam os prejuízos e a ingerência nos assuntos internos, em qualquer forma que se manifeste, nenhuma segurança verdadeira pode ser instaurada, nem criada uma comunidade democrática, progressista e estável dos povos europeus.

As mudanças na Europa levaram à reunificação da Alemanha, reunificação que resolveu um dos agudos problemas que dominou a cena política europeia dos últimos 45 anos. O direito da nação alemã à reunificação é um direito inegável. A solução de problemas tais como a reunificação alemã por via pacífica é um bom exemplo para a solução de outros problemas análogos que são heranças de nossa história. Estas soluções contribuem muito para a democratização das relações internacionais, o fortalecimento da paz e da segurança, a criação das condições adequadas para uma cooperação sincera e construtiva entre os povos.

A Albânia deseja sinceramente que a Alemanha unificada, que representa uma grande potência econômica e política, constitua um fator de paz e estabilidade na Europa e em mais ampla escala, e sirva para assegurar um melhor porvir ao nosso continente.

No marco do processo de cooperação e segurança europeia, estão adquirindo importância particular as cooperações a nível regional. Tal é, entre outros, o processo de cooperação balcânica, ao qual a Albânia concede especial importância, fazendo, por sua vez, todos os esforços para contribuir ao máximo para o progresso e êxito desta cooperação. Nós pensamos - e disto estamos plenamente convencidos - que este processo contribui não só para o fortalecimento da segurança e cooperação nesta delicada região, senão que serve diretamente à causa da paz e estabilidade na Europa e no Mediterrâneo.



Plenária da ONU

(...)

Neste memorável aniversário da criação da Organização das Nações Unidas, a Albânia, junto com seus melhores votos pelo fortalecimento e progresso da ONU, desejaria ratificar seu compromisso frente a esta organização e sua Carta, assim como seu respaldo à atividade que ela desenvolve a favor da paz, da segurança e cooperação internacionais.

Nosso respeito à Carta das Nações Unidas e o valor que lhe concedemos se deve ao fato de que esta Carta contém um ideal democrático que regula as relações internacionais, um ideal que reflete a trágica experiência das devastadoras guerras que açoitaram a Europa e o mundo ao longo deste século e, de maneira especial, a luta dos povos contra o fascismo, entre os quais se encontrava aliado também o povo albanês.

A Carta a ONU e sua correta aplicação constituem, em nossa opinião, o maior marco para a defesa e harmonização dos interesses dos Estados e dos povos soberanos, de toda a comunidade mundial. Se nos ativermos a esta Carta, os diversos conflitos que surgem poderão ser resolvidos por via pacífica, em benefício tanto das partes em litígio como da paz e segurança geral.

A nós parece que a importância da ONU aumen-

ta ainda mais nos momentos atuais quando numerosos problemas como o desarmamento, a proteção do meio ambiente, a luta contra a droga, o atraso de muitos países em seu desenvolvimento econômico, a proteção da infância, o desenvolvimento do ensino, a ciência e a tecnologia, se converteram em problemas globais que não podem ser resolvidos com os esforços isolados de um Estado ou de um grupo de Estados, senão com a contribuição de toda a comunidade internacional. A ONU pode fazer muito no que concerne a estas questões. Representa o lugar mais apropriado onde se pode e se deve confrontar as idéias e empreender as diferentes iniciativas, etc.

Com justa razão a ONU tem dedicado especial importância às questões econômicas, à ajuda que se deve prestar para levantar a economia dos países pobres, estimular seu progresso, aliviar suas dívidas, que são consequência da expansão neocolonialista e da corrida armamentista. Nós saudamos as iniciativas que estão sendo tomadas neste sentido, como as iniciativas Norte-Sul, porém consideramos que os grandes países industrializados, cujas riquezas provém também do trabalho e suor dos povos da África, América Latina e Ásia, têm numerosas obrigações.

Os passos que estão sendo dados para a diminui-

ção das tensões e a solução de vários conflitos regionais e os atuais esforços para a solução de muitos problemas internacionais que preocupam o mundo, criaram um clima de esperança para toda a humanidade. Entretanto, fatos tais como a agressão do Iraque contra o Kweit deterioram este clima e criam obstáculos ao feliz desenvolvimento deste processo.

A Albânia condenou a agressão e anexação do Kweit por parte do Iraque. Exigiu e exige que as tropas iraquianas se retirem do Kweit e o quanto antes e se respeite a liberdade e independência nacional deste Estado soberano e inocente. A agressão do Iraque, se não fosse condenada, constituiria um perigoso precedente.

O Iraque deve respeitar as resoluções da ONU, as amistosas e construtivas sugestões dos Estados árabes e pôr fim à sua aventura. Sua retirada do Kweit iria não só a seu próprio favor, senão também de toda causa árabe, causa que o Iraque declara defender e apoiar.

A atitude adotada pela comunidade internacional face à agressão iraquiana é justa. Mas estes acontecimentos não devem servir de pretexto para deixar de lado o problema palestino, o direito dos palestinos por uma pátria e Estado próprios. Este direito, cuja satisfação é a chave para a solução dos conflitos no Orien-

te Médio, a comunidade internacional não deve esquecer. Os atuais acontecimentos no Oriente Médio, embora nada bons, devem servir de alerta neste sentido.

O povo albanês trabalha com determinação para edificar uma vida a mais feliz possível. O caminho que escolheu por sua própria vontade e seu próprio desejo lhe trouxe a liberdade e a independência nacional e lhe tirou em quadro décadas de seu atraso para a vida moderna. As transformações realizadas são como do dia para a noite. E isto não é uma metáfora, senão uma realidade que se pode ver com os próprios olhos.

(...)

Nosso país, no momento atual, entrou em uma nova fase de desenvolvimento. Agora devemos aproveitar com a máxima produtividade os recursos materiais nos quais nosso país é rico. Isto requer uma técnica e tecnologia moderna, isto exige gente instruída e emancipada, isto impõe que se estimule a iniciativa criadora e se amplie a cooperação com o mundo exterior. Nosso povo está trabalhando em todos esses sentidos.

O que nós denominamos aprofundamento da democracia mediante a elevação do papel das massas, constitui um vasto processo de mudanças e transformações que abarcam a todos os setores, na economia e na política, relações sociais dentro do país, relações com o mundo com exterior, etc. Não seguimos esta política porque está na moda ou porque alguém nos ditou, nem muito menos por considerações táticas. Esta é uma exigência de nosso desenvolvimento e responde às necessidades do país. Assim é compreendida e aceita pelo nosso povo. É além disto um compromisso fundamental de nosso ideal socialista para a edificação de uma sociedade justa e democrática, em que cada cidadão viva do fruto de seu trabalho e de seu suor, seja livre e respeitado em função de sua contribuição para o desenvolvimento e progresso do país."

Imperialismo, com aval da ONU, marca a data do início da guerra

Lejeune Mato Grosso*

Já era previsível. A data do início da guerra está marcada. Sabendo que a partir de 1º de dezembro com a posse do representante do Iêmen Democrático na presidência do Conselho de Segurança da ONU pelo sistema de rodízio, as coisas poderiam ficar mais complicadas para o imperialismo norte-americano, uma reunião de emergência decretou que "todos os meios podem ser usados contra o Iraque".

A última vez que uma posição como essa havia sido adotada pela ONU, na verdade primeira e única, foi na década de 50, quando da guerra da Coreia. De lá para cá, as posições da ONU, via de regra, não foram tão flagrantemente pró-imperialista e em alguns aspectos foram positivas (exemplo disso são as sucessivas condenações a Israel sobre a questão das violações dos direitos humanos, dos palestinos em especial). A própria ONU foi acusada pelos EUA de ser pró-terceiro mundista em alguns momentos.

Hoje, o que se vê é uma completa submissão desse organismo internacional aos ditames dos Estados Unidos. A ONU é hoje uma simples caudatária das regras e normas ditadas por Bush e seus comparsas.

Aspectos da decisão da ONU

No último dia 29 de novembro, no apagar das luzes antes da posse do presidente iemenita no Conselho de Segurança da ONU, ocorreu a fatídica votação a favor da guerra. Por 12 votos a favor, dois contra (Iêmen Democrático e Cuba) e apenas uma abstenção (China), foi aprovado - com apoio da União Soviética, a moção de represália contra o povo iraquiano.

Há que registrar a dignidade dos dois únicos países que votaram contra a resolução pró-guerra - Cuba e Iêmen, pois, enfrentando todos os tipos de pressões internacionais contra seus governos, eles mostraram independência. O Iêmen em particular, vem se empenhando, junto com a OLP, a Jordânia e o próprio Iraque, para encontrar uma solução pacífica e sobretudo árabe para o conflito.

Precisando ainda de recompor perante a opinião pública internacional após o massacre da



praça da Paz Celestial, Tien An Men, em Pequim, a China não se posicionou frontalmente contra a intervenção militar. Mesmo porque há vários acordos internacionais em curso envolvendo grandes somas financeiras, às quais não quer deixar de ter acesso.

A posição mais condenável entre todas, é sem dúvida a da URSS, pois não só não usou o seu poder de veto das decisões do Conselho, mas votou ao lado do imperialismo norte-americano, favorecendo a política conquista e controle de todo o petróleo árabe pelos EUA. Foi uma verdadeira capitulação como nunca antes tinha sido visto. É importante que se diga que após essa resolução, vários organismos financeiros americanos, monarcas sauditas e kweitianas, liberaram bilhões de dólares para a União Soviética, mostrando que a dignidade deste país está à venda por um punhado de dinheiro.

A grande farsa internacional

O imperialismo procura mostrar um certo consenso entre as potências no que diz respeito a uma possível guerra no Golfo. Em especial os EUA, que capitaneiam este assalto ao Oriente Médio, insistem em mostrar ao mundo que o Japão e a Alemanha estão solidários com essa aventura nas arábias.

Na verdade isso não ocorre. O que existe é uma frágil farsa internacional, pois estão em curso grandes disputas por mer-

cados e fatias da hegemonia no planeta. A Alemanha com a renúncia do seu próprio país e com a união européia, mostra o seu cacife para a liderança do Continente. O Japão já se consolida no mundo oriental e expande os seus tentáculos para dentro dos EUA. Se antes da guerra o preço do petróleo estava a US\$ 25,00 e hoje bate além dos US\$ 35,00, isso para um país como o Japão que depende de 95% do petróleo árabe, representa um aumento significativo nas suas contas internacionais.

Na verdade, além dos EUA, da conservadora Inglaterra, e de alguns países árabes reacionárias, ninguém mais quer pagar a fatura das despesas da guerra no Golfo. Isso seria na verdade alimentar os projetos cada vez mais expansionistas dos EUA, num momento em que outras nações procuram assumir lideranças regionalizadas em outras partes da terra.

Qual a posição mais justa?

Temos insistido há tempos nas páginas desta Classe, que devemos levantar as nossas vozes contra a guerra, pela paz no Golfo, fora imperialismo do Oriente Médio, e por uma solução para o conflito.

Não são apreciáveis os métodos de governo do presidente *Sadam Hussein*. Mas nem por isso, justifica-se uma conduta de submissão aos interesses dos Estados Unidos, como faz hoje a URSS. É preciso que fi-

que claro que as posições expressadas pelo governo iraquiano na discussão das grandes questões do Oriente Médio e dos palestinos, refletem objetivamente os interesses e as aspirações dos povos daquela região.

É justa e equilibrada a solução apresentada conjuntamente pela OLP, Iêmen, Jordânia e pelo próprio Iraque para o conflito. Ela se resume em 4 pontos principais: 1. Retirada das tropas iraquianas do Kweit; 2. Eleições livres no Kweit, sob a supervisão de tropas árabes da Liga dos Estados Árabes; 3. Garantia de uma saída pelo mar para o Iraque e 4. Solução para o problema dos territórios palestinos ocupados por Israel.

Não se pode adotar, como vem fazendo a ONU neste momento, dois pesos e duas medidas. Condena-se o Iraque pela invasão do Kweit, mas nada se fala no momento dos territórios palestino e da imigração de judeus soviéticos para a colonização desses territórios.

Desanuviamiento? Onde?

Líderes expressivos no mundo atual insistem em falar em certo "desanuviamiento" nas relações mundiais. Tornam-se por base o fim do conflito Leste-Oeste. Há apenas algo de verdadeiro neste discurso: a União Soviética e os Estados Unidos compõem hoje um mesmo campo imperialista, com o campo das nações que subjugam outros em seu próprio benefício.

Assim, se não há mais a guerra fria, permanece a luta de classe no plano internacional, na luta entre os países ricos contra os países pobres, das nações do "Sul" contra os "Norte".

Nesse sentido, é necessário enfatizar que com a iminência da decretação de uma guerra imperialista, com conseqüências danosas para todos os povos da terra, é preciso que democratas e patriotas de todas as organizações populares e sindicais, dos partidos políticos progressistas, juntem as suas forças e condenem com veemência as atitudes agressivas dos EUA, agora respaldados pela ONU; que denunciem o boicote econômico a que hoje está submetido o povo iraquiano; que clamem com todas as forças pela paz e retirada das tropas imperialistas do Golfo.

Prossegue o jogo diplomático

Em mais um lance diplomático internacional, no último dia 1º de dezembro, o presidente americano, numa atitude demagógica, disse publicamente que estaria disposto a enviar o seu secretário de Estado, James Baker, negociar pessoalmente no Iraque e que receberia em contrapartida o chanceler iraquiano Tarek Aziz em território americano. Imediatamente, o presidente iraquiano Sadam Hussein aceitou a proposta de negociação.

Os últimos lances desse jogo diplomático internacional têm sido dados mais uma vez pelo próprio Iraque. No momento que escrevamos esta matéria, aviões da Iraqi Airways saíam do território iraquiano carregados de estrangeiros retidos no país. Isso distensionava as relações internacionais e mexe com a opinião pública americana, poderosa força neste momento contra a guerra, contra a eclosão de um novo Vietnã.

Em uma guerra como a do Golfo não há mais do que dois lados. De um lado, o imperialismo americano e seus aliados. Do outro, o Iraque, seu povo e os povos árabes. Não há dúvida: na hipótese de a guerra eclodir é preciso cerrar fileiras com o povo árabe.

* Sociólogo, professor da UNIMEP e colaborador da Classe.

Bush no Brasil, no estilo imperialista

Em estilo imperial, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, visitou o Brasil no último dia 3. Sua segurança tomou conta do Congresso Nacional, num episódio humilhante condenado por vários parlamentares e que contou com a conivência do senador Nelson Carneiro. Agentes da CIA fizeram revistas inclusive no insuspeito presidente da Fiesp, Mário Amato. E, enfim, Bush reafirmou os termos do imperialismo para as negociações em torno da dívida externa e, arrogante, deu a entender que prefere a alternativa da guerra no Oriente Médio: "Sad-dan está avaliando mal a situação e vamos ter uma guerra rápida para retirar suas tropas do Kweit", declarou.

A visita indesejável, no entanto, não passou em branco. Foram realizadas manifestações contra a presença do presidente norte-americano no país. Em Brasília vários populares se reuniram para condenar a política norte-americana em relação aos países dependentes, exigindo o não pagamento da dívida

da externa e a retirada imediata das tropas norte-americanas e de outras potências no Golfo Pérsico.

Em São Paulo entre 200 a 300 pessoas reuniram-se frente ao consulado dos Estados Unidos no Estado, com faixas como "fora Bush, viva Cuba", bandeiras da Palestina e condenações à conduta imperialista no Oriente Médio. "Este ato é um recado que o povo de São Paulo quer dar ao governo americano. O povo brasileiro repudia o atentado praticado pelos Estados Unidos contra a paz mundial", declarou o vereador Vital Nolasco, do PCdoB.

Aldo Rebelo, deputado federal eleito pelo PCdoB em São Paulo, também acentuou: "Assumimos o compromisso de bem representar em nosso território as aspirações dos povos de todo o mundo e as idéias de justiça e liberdade. Neste momento, um império decadente, nem por isto menos arrogante, ameaça derramar o sangue dos povos árabes. Manifestamos aqui nosso veemente repúdio a esta conduta imperialista".

Mensagem do PCdoB aos revolucionários da Etiópia

À União das Organizações Proletárias da Etiópia

Prezados camaradas:

Com entusiasmo revolucionário saudamos a realização do Congresso de fundação do Partido do Proletariado Etíope, em novembro último, nas regiões libertadas da Etiópia.

Congratulamo-nos com os camaradas pelas marcantes vitórias alcançadas na luta de libertação nacional, contra as forças reacionárias internas apoiadas pelo imperialismo. A revolução etíope é um exemplo convincente de que os povos despertam e lutam, conquanto seja brutal a atividade antidemocrática e antinacional das potências imperialistas, interessadas em manter subjugados os povos e nações.

O surgimento de uma orga-

nização revolucionária, marxista-leninista, de caráter nacional num país africano onde avança a luta de libertação, é fato alvissareiro que inspira os combatentes de vanguarda do proletariado em todo o mundo nos esforços para afirmar os princípios do socialismo científico contra as idéias e práticas oportunistas difundidas no movimento operário e comunista pelos revisionistas de todos os matizes.

Em nome dos comunistas e revolucionários brasileiros, empenhados na luta pela democracia, a independência nacional e o socialismo, desejamos os maiores êxitos ao povo etíope e uma trajetória de vitórias para o Partido do Proletariado Etíope.

Saudações revolucionárias.

João Amazonas, pelo Comitê Central do PCdoB

Encontro feminista na Argentina

Bem diferente da perplexidade e da subjetividade do III Encontro realizado em Bertioga, São Paulo, 1985, o V Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe realizado em San Bernardo, Argentina, revelou a emergência de um novo feminismo. Da emoção da abertura em praça pública no dia 18 de novembro à manifestação contra a violência em Buenos

Aires no dia 25 de novembro, cerca de 3.000 mulheres de 38 países participaram de 50 oficinas de trabalho diárias, superando a barreira de língua, de costumes, falando de suas dores e de suas lutas.

Surgiu com força o debate sobre a situação política e econômica da América Latina e do Caribe, desfazendo o abismo desse debate com a questão

de gênero em encontros desse tipo. A novidade também foi a criação de "redes" em todos os terrenos inclusive de feministas políticas, como forma de combater a discriminação da mulher e também enfrentar os graves problemas que afetam os povos latino-americanos e do Caribe como a dívida externa e a nova ofensiva do imperialismo norte-americano.

Lech Walesa foi eleito presidente da Polônia, no segundo turno das eleições ocorridas dia 9 de novembro, quando obteve 75% dos votos contra o empresário Stanislaw Timinski, um aventureiro cujo relativo sucesso eleitoral já foi uma boa demonstração do estado de espírito que domina o povo polonês pouco tempo após a derrubada do governo revisionista, fato interpretado de forma oportuna e apressada como o "fim do socialismo" pelos ideólogos da burguesia.

Walesa pode cantar, se muito, uma meia vitória. Sobre tudo porque, mesmo eleito, obteve o voto de menos da metade do eleitorado polonês, uma vez que apenas 55% dos que têm condições de voto compareceram às urnas. Ao lado disto, o pleito marca a derrota do primeiro-ministro Tadeus Mazowiecki, também um representante do Solidariedade e sua inspiradora, a sagrada Igreja Católica, não só para Walesa como ainda para o até então desconhecido Stanislaw Timinski.

Antes de tudo, ficou claro o descontentamento do povo com a pretensa revolução capitalista que derrubou o velho e desmora-

Esquerda se reúne no México

Entre os dias 26 a 30 de novembro ocorreu, no México, um encontro entre partidos de esquerda da América Latina e Caribe, do qual participou Dynéas Fernandes Aguiar, membro da direção nacional do Partido Comunista do Brasil. A reunião concluiu que a teoria marxista-leninista está em correspondência com as exigências da atualidade "porque se trata de uma teoria viva e em desenvolvimento, suscetível de ser permanentemente enriquecida".

O encontro, promovido pelo Partido Popular Socialista do México, que conta com 30 representantes do parlamento do país, expressou coincidências de pontos de vista em relação a várias questões, inclusive que os acontecimentos em curso no Leste europeu revelam a crise "de um modelo de constru-

ção do socialismo".

Ao mesmo tempo, os representantes dos partidos de esquerda presentes declararam sua oposição à ideologia neoliberal que as classes dominantes buscam impingir ao mundo, salientando seus efeitos "neocolonialistas" sobre a América Latina e o Caribe.

Dynéas Fernandes Aguiar, do PCdoB, expressou a convicção de que o "movimento comunista se reestruturará em novas bases, superará os erros cometidos e avançará para novas vitórias".

"Carapintadas" fazem nova rebelião na Argentina

Estourou dia 3 a quarta rebelião militar na Argentina desde 1983, mais uma vez patrocinada pelos chamados "carapintados", situados à extrema direita das tendências políticas que atuam no país. No final, acabou sendo isolada e reprimida, embora o saldo não tenha sido desprezível: cerca de 21 mortos e centenas de presos.

A revolta teve início na madrugada e só foi completamente debelada à noite. Foi considerada a "pior" em comparação com as outras ocorridas durante o governo de Raúl Alfonsín. O movimento revela a forte presença de oficiais de extrema direita no Exército do país, enquanto, de outro lado, também deixa transparecer a grave crise que sacos-



lizado regime revisionista. A economia de mercado, muito mais que a propaganda é a vida quem mostra, conduziu a um processo de acelerada decadência econômica, social e política - a corrupção dos costumes, em vários níveis, passou a ser uma matéria-prima indispensável ao novo *status quo* que está sendo erigido, a santa madre tratou de impor leis restringindo a liberdade individual em relação ao aborto e ao divórcio, ambos hoje proibidos, além de dar um passo atrás em relação ao caráter laico da educação, tornando obrigatório o ensino dos dogmas cristãos.

Mas tem mais. Em pouco tempo da aplicação dos preceitos neoliberais quase dois milhões de trabalhadores foram despedidos de suas empresas, a festa da privatização tornou-se um processo caricato de entrega de estatais a preços de banana para multinacionais, a vida pública mais se assemelha a um carnaval de corrupção. E a dívida externa continua sendo cobrada. A história encena uma comédia, e Walesa, carregado de ambições e pretensões de imperador (como tão bem foi notado pela imprensa que lhe fez oposição), é, sem dúvida, a estrela central.

Fiat mineira arma um circo sem graça



QUESTÃO DE ORDEM

A descoberta do já descoberto

Sérgio Barroso*

Com o apoio financeiro do Ildes (Instituto Latinoamericano de Desenvolvimento Econômico e Social), um aparelho da DGB, a central social-democrata alemã, o livro do professor Leôncio M. Rodrigues "CUT: os militantes e a ideologia", começa a ser discutido nos círculos sindicais.

O professor começa por afirmar que a CGT (1986) foi quem acabou "consagrando a divisão no meio sindical" (pág. 7), para, em vias de conclusão, emitir claramente sua opinião política: "... a cultura socialista ... dificulta ou impede inteiramente que a CUT possa ter um papel mais efetivo na dinâmica das disputas políticas e do jogo pelo poder, tal como o conquistado pelas centrais sindicais dos países desenvolvidos". (pag. 92).

Essas questões, aparentemente desconexas, revelam a concepção social-democrata de intelectuais (como Leôncio), participantes ativos de um projeto de classe para a história mais recente do movimento operário brasileiro.

Terceiras intenções

Ora, no terreno sindical, foi a discussão da participação das oposições sindicais (artigo 8º do regimento elaborado pela Comissão Nacional Pró-CUT, 1983), com o mesmo número de delegados votantes aos eleitos em assembleias dos sindicatos, o fator detonador da implosão do Congresso unitário. E no terreno político - problema principal - o que determinou a ruptura da Comissão foi a disputa pela hegemonia do movimento sindical, capitaneada pelos sindicalistas ligados ao recém-fundado Partido dos Trabalhadores, os mesmos que defendiam a participação "das bases" no congresso convocado. Essa operação teve ostensivo apoio de parcela do movimento sindical da social-democracia européia, de setores da igreja católica, de agrupamentos intelectuais anticomunistas, etc. Certo é também que, do outro lado, sindicalistas ligados ao PCB em aliança umbilical com os conservadores, nunca esconderam seus intentos divisionistas e hegemônistas.

Agora, sete anos depois, perfilando as correntes que compõem a central, expondo inúmeras tabelas, e analisando em detalhes o 3º congresso da CUT (1988), o professor Leôncio promove a descoberta do já descoberto: "... no interior da tendência majoritária, forças poderosas a pressionam em direção a uma linha de tipo social-democrata...". (pag. 24). Como renomado titular de Ciência Política da Unicamp, especialista em sindicalismo, o professor certamente conhece a estratégia que a Cols (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) desenvolveu no mundo inteiro e no Brasil - apoiando politicamente e subsidiando a fundação da CUT: o estímulo à cisão do sindicalismo, a criação de um campo sob sua área de influência, a organização de uma forte corrente ideologicamente afinada a seu projeto político dentro do movimento operário, a colaboração de classes.

Primavera pragmática

Alinhando cinco "pontos de diferenciação" do sindicalismo cutista, ele aponta a maior parte das lideranças dos sindicatos da central "a grosso modo, como de classe média". Mais adiante, quando interpreta o quadro formado com a implosão dos regimes do Leste europeu e a crise terminal das ideologias socialistas (grifo nosso), Leôncio Rodrigues decreta: "Todos esses fatores institucionais e ambientais reduzem as possibilidades de desenvolvimento de um sindicalismo socialista revolucionário, de luta de classes, que algumas correntes, no interior da CUT pretendem desenvolver". (pág. 28).

Interessa registrar a referência à Corrente Sindical Classista, que segundo ele é "uma tendência bem definida...", que pretende "aderir à CUT, mas manter-se com personalidade própria", onde com a adesão da CSC à CUT "problemas deverão surgir" em função de caráter "petista" da organização. (págs. 119 e 123).

De resto, o livro contém interessantes informações sobre "A expansão do sindicalismo de classe média" (cap. II, págs. 43 a 55); dados acerca da influência da CUT nas categorias de trabalhadores.

E como não podia deixar de ser, "CUT: militantes e a ideologia" conclui com um recado de Leôncio a quem interessar possa: a CUT, na conjuntura atual deve atuar "antes de tudo", com "flexibilidade nos objetivos e modalidades de atuação". "Nas condições atuais, isso significa menos dogmatismo e mais pragmatismo".

O livro faz jus ao "apoio financeiro" do Ildes.

* Coordenador Nacional - Corrente Sindical Classista da CUT.

Uma série de atividades para cooptar os trabalhadores contra seu sindicato está sendo promovida pela Fiat mineira em Betim. A afirmação é sustentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da cidade. Segundo seu presidente, Edmundo Vieira, "há um cerceamento completo das liberdades dentro da empresa, com pressão sistemática para que os operários se desfiliam do sindicato".

O sindicato dos metalúrgicos denuncia entre outros exemplos de "intimidação explícita", almoços entre o gerente da empresa e operários. Estes, são forçados ao indigesto evento, temendo como represália o uso do "facação". Há também, por parte dos chefes, durante o período de rejeição, uma consulta sobre qual filme se quer assistir. Uma vez escolhido, bocas se calam, reivindicações não são tratadas e todos se rendem os encantos da tela. Trata-se então, diz Edmundo Vieira, de um filme ao qual todos nós já assistimos. O objetivo é evitar que os trabalhadores discutam seus problemas".

Espectáculos

No dia 13 de setembro, a Fiat de Betim realizou o Concurso Garota Fiat, com filhas dos empregados. No final, a eleita foi consagrada com um prêmio: um biquini (!). Para o dia 15 e 16, outro "espetáculo" com a vi-

CURTAS

Compare a queda

Compare a queda do nível de emprego na indústria paulista* em novembro deste ano com o do período recessivo de 1981 à 1983.

Nov/Ano	Demissões	Retração %
81	13.500	0,71
82	13.600	0,73
83	9.150	0,54
90	24.266	1,25

* Fonte FIESP.

Simplemente alarmante, o quadro aponta o caminho claramente errado do governo Collor. Se o Congresso Nacional, respaldado com pressão da sociedade organizada, não reverter a escandalosa política antisalarial, a estagnação econômica será inevitável.



Edmundo Vieira, presidente do Sindimetal de Betim

sita da atriz e jurada de TV, Elke Maravilha. É que a multinacional italiana tem melhorado o brilho da festa de aniversário de casamento do mês, que promove para seus empregados.

Por trás do circo armado pela Fiat, nenhuma alegria para os trabalhadores. Os chefes recomendam não conversar com diretores do sindicato. A política do Recursos Humanos não está dando promoção, transferências de setor e carta de apresentação aos associados do sindicato. Diante disso, os sindicalistas estão solicitando a abertura de

um inquérito junto à Polícia Federal por crime contra a organização dos trabalhadores (prevista no Cap. II, dos Direitos Sociais, Const. Federal).

A pedido do sindicato, vários parlamentares se pronunciam contra a Fiat mineira: o vereador de Belo Horizonte, Sérgio Miranda, do PCdoB, alguns vereadores de Betim, o deputado Haroldo Lima, líder do PCdoB na Câmara Federal. Em janeiro uma manifestação organizada pelo sindicato, dará início a uma campanha denunciando a Fiat. (ICL)

As águas vão rolar

Os 1.500 funcionários da binacional Hidrelétrica de Itaipu, em greve há mais de uma semana, reivindicam reajuste de 420%. De sua parte, a empresa acena com o índice de 130%, irrisório para recuperar as perdas salariais.

Pombo-correio

Quem não tem poderá sofrer contratemplos. É que em função da insensibilidade institucionalizada no país, o ministro da Infraestrutura, Ozires Silva, persiste em ser alheio às reivindicações dos funcionários dos correios. Eles pleiteiam 293,10% de reajuste para que seus salários ao menos recuperem o poder aquisitivo. Carteiros e demais funcionários já se mobilizam em vários estados através de seus sindicatos. A greve é uma possibilidade real.

Fora do ar

Em São José dos Campos-SP, com a greve dos funcionários da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), 5 aviões EMB-120 Brasília, deixarão de ser entregues a empresas operadoras. O movimento teve início na quinta-feira, dia 6 e vive um impasse.

No dia 10, os trabalhadores aceitaram a proposta de abono de Cr\$ 45 mil da Embraer, pago em duas vezes até o dia 28 junto com o salário do mês. O sindicato dos metalúrgicos, ligado à Convergência Socialista apesar da decisão nesse sentido por parte do pessoal da área administrativa e de engenharia. A direção do sindicato acabou adotando a votação das propostas de negociação e não a votação de entrada, fragmentando a decisão.

A insustentável fraqueza do pacto

Irasson Cordeiro Lopes

Às vésperas de mais um réveillon para os ricos e mais um ano novo para os pobres, vem à tona o fantasma do naufrágio da economia nacional. E o pior: o tratamento que o governo vem dando a solução de tamanha crise é muito parecido com o adotado pela Justiça do Rio na tragédia do Bateau Mouche - frio e impreciso.

Vá lá que argumentem os juristas que à Lei cabe o uso da razão. A emoção então, fica por conta dos injustiçados e seus algozes. Os primeiros não têm motivos para rir enquanto é disso que os outros vivem. Pacto social, trégua, entendimento nacional ou seja lá que nome derem não é bobagem não. Pacto é coisa seríssima quando se tem realmente interesse em fazê-lo.

No início do segundo semestre, Collor instruiu sua equipe para fazer um chamamento de empresários e sindicalistas, através de seus representantes, para o tal entendimento nacional, como foi batizada a iniciativa. Porém, o fiasco agora, mostra-se em pleno vigor. Como pode um governo antinacional e antipopular como o atual pretender ser levado a sério numa proposta de pacto onde, de antemão, ele deixa claro que não abrirá concessões sérias para minimizar a tragédia salarial dos trabalhadores?

No mínimo ridículo, a proposta de abono de 3%, inicialmente apresentada por Zélia. A repercussão das opiniões irritadas de representantes do empresariado e dos trabalhadores, provocou uma rápida reação do Planalto. Temeroso de sofrer um maior desgaste e um novo isolamento político, o governo acena com nova proposta-imposição.

Com um abono desses o governo se abana e o povo se dana

A essência da estratégia de Collor é, o tempo todo, preservar o projeto global de neoliberalismo para o país. Que pacto que nada, a gestão colorida da República quer é mesmo um *pato*. E se tiver fucinho de porco, melhor ainda. Na Cantata de Natal, na Casa da Dinda, a ministra da Economia,



Pacto: as cartas não estavam na mesa, nem a verdade, nem a franqueza

Zélia Cardoso, desta vez convidada, se deliciará colocando na boca da exótica criatura, não uma maçã, mas uma das muitas camisetas do presidente. Desta vez, ao invés de mensagem, terá a pergunta: *Advinha quem vai pagar o pacto?*

Agora, o governo envia medida provisória propondo um abono variando de 5% a 12%, conforme a faixa salarial do trabalhador. A idéia é conceder percentuais menores para salários mais altos. O abono será pago apenas aos empregados da iniciativa privada e somente em janeiro. Com um abono desses o governo se abana e o povo se dana. Não soluciona a perda do poder de compra dos salários, é extremamente inópio.

Segundo a medida provisória, quem ganha acima de Cr\$ 120 mil não tem direito a abono. O salário mínimo passará a Cr\$ 12,5 mil e o pagamento do benefício por faixa salarial é o seguinte: Cr\$ 12 mil (faixa salarial) - 12% (valor do abono); Cr\$ 12 mil a Cr\$ 36 mil - 9%; Cr\$ 36 mil a Cr\$ 60 mil - 7%; Cr\$ 60 mil a Cr\$ 120 mil - 5%. Quanto ao funcionalismo público, a MP fixa um reajuste de 76% em janeiro, data-base da categoria.

Enquanto isso, no Congresso Nacional, comenta-se a disposição presidencial de ve-

tar qualquer projeto de lei que disponha sobre a prefixação de preços e salários. No Palácio, o "imperador" e seus "súditos diletos" nem querem ouvir falar nisso. Até o fechamento dessa edição, não tínhamos ainda o resultado da votação do projeto no Congresso. Porém, é certo que diante do recesso parlamentar do dia 15 e uma vez vetado, o projeto de prefixação será letra morta até que os novos parlamentares, em ação a partir de 15 de fevereiro, se pronunciem pela derrubada ou manutenção do veto.

Na área sindical, temos é a velha colaboração de classes, endossada por Luiz Antonio Medeiros, articulador da "central" Força Sindical e Canindá Pegado, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (a CGT de Magri). Medeiros aceita a nova proposta de abono; Pegado acha boa a idéia de prefixação, mas prefere o caminho da livre negociação entre patrões e empregados para a reposição de resíduos salariais. Já a CUT, representada nas reuniões do entendimento por Jair Meneguelli e Gilmar Carneiro, gritou por uma reposição salarial de quase 500%, o que deixou o ministro abutre muito a vontade para brincar com as exigências da Central Única. E não é para menos. Jarbas Passarinho

está do lado que sempre esteve. Quem estava em poleiro errado é a CUT. Desde o início da proposta de pacto social do governo, a Corrente Sindical Classista, que participa da CUT, veio a público denunciar o engodo de tal iniciativa. Denunciou também, em documento, que o verdadeiro interesse do governo era "atenuar a oposição política" e somado a isso, "ensaiar jogadas que paralisam a luta dos trabalhadores, principal motor de combate à sanha da grande burguesia e aos planos do FMI".

O salvador da pátria encontra a serpente e tenta encantá-la

Agarrando a bandeira do sindicalismo de luta, os classistas da CUT, visando o combate firme às forças reacionárias, de direita e incentivando a resistência de classe à exploração capitalista, reclamava a maioria da executiva cutista, no dia 6 de novembro, sua imediata retirada do "teatro de péssimos atores". Contudo, a central persistiu no caminho do entendimento. Só agora, anuncia que leva suas propostas ao Congresso e se descompromete com as reuniões pactuais.

Da falsa aliança pelo Planalto, a Central Única deve as-

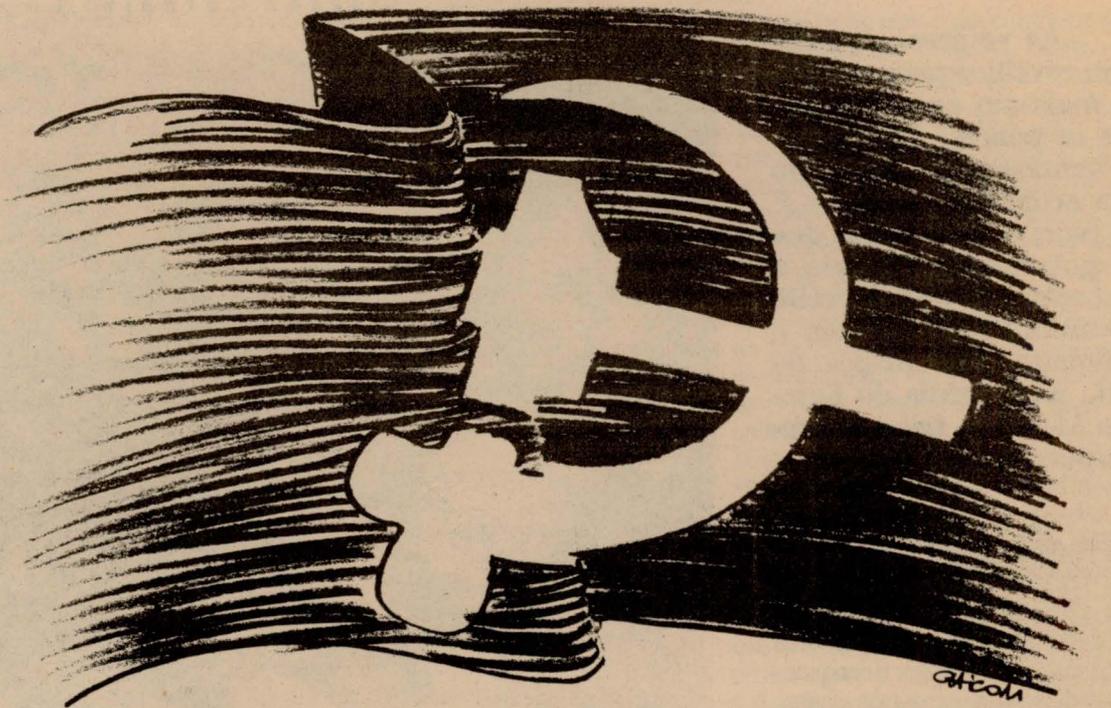
similar lições fundamentais para seu crescimento. Defender a unidade e o avanço dos trabalhadores sim, porém, à base da *luta de classes* e não da colaboração. Isso é com o Medeiros e seus iguais. Collor busca ganhar tempo, é bom repetir. Usa de truques sutis para neutralizar o veneno de seus mais radicais adversários. O salvador da pátria encontra a serpente (CUT) e tenta encantá-la, isolá-la ao menos. Rifar o Brasil é fundamental para contentar as oligarquias internacionais, a quem serve o governo colorado.

À CUT, é indispensável considerar todos os aspectos aqui levantados. Isso lhe permitirá fixar corretamente sua tática de atuação, superar tendências ao "meio termo" do caminho da emancipação da classe operária e do conjunto do povo, porque *não* há meio termo.

Da parte de Collor e seu ministério, só podemos esperar mesmo um natal *cinzento* e um 1991 instável, sujeito a terríveis tempestades. Tal previsão no entanto, pode ser revertida com decidida pressão do movimento popular e sindical. Nisso se inclui um forte trabalho de lobby junto ao Congresso Nacional. Com a palavra às lideranças sindicais e forças democráticas.

Convenções, momento de afirmação

Arthur de Paula



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Forma tupiniquim do velho infantilismo

Rogério Lustosa*

Na luta militar, de acordo com o terreno e a disposição das forças, adotam-se diversas combinações de combate, com infantaria, cavalaria, artilharia, em manobras de cerco, ataques frontais ou de flanco, retiradas, guerra de posição e de movimento. Mas em política, pensam certos puristas, basta saber que existem dois campos, o resto é retilíneo, uniforme, padronizado. Ou é "nosso" ou é "inimigo" e pronto, fogo cerrado!

"Soy contra"

O manual destas correntes é o daquele naufrágio que, ao alcançar uma praia desconhecida, indaga: "Hay gobierno? - Soy contra". Como piada pode ter alguma graça. Mas em política - como na guerra - é um desastre.

No primeiro turno das eleições, esta visão primária, considerando os interesses partidários acima das necessidades do movimento popular, levou ao rompimento da frente construída na batalha presidencial de 89. No segundo turno conduziu ao voto nulo. Agora, com invejável coerência - lástima que seja coerência de miopia - já anuncia "oposição em geral aos governos burgueses". Quer dizer, "soy contra" sem distinção entre os "gobiernos" de Antônio Carlos Magalhães, Alceu Collares e Antônio Fleury, por exemplo. Lula já decretou que todos os governadores, no dia da posse, passarão a ser compadres de Collor - com excessão de Brizola.

Virus tupiniquim

Mas entre Collor e outros setores burgueses, embora conservadores, existem diferenças concretas - até por disputas de postos de comando nas estatais, instituições, etc. Mesmo entre direitistas empedernidos, como ACM e Maluf, existe atritos que os trabalhadores não devem ignorar. É preciso procurar as mínimas brechas e as formas concretas de explorá-las, em cada situação, em favor da luta democrática e popular.

Se na teoria é correto separar as fronteiras de classe entre burguesia e proletariado, é inteiramente infantil a sofreguidão em alardear que divergimos de todos que não são "nossos". Melhor do que declarações vazias e óbvias é encontrar na prática a política adequada para ampliar o espaço das forças revolucionárias. Inclusive com acordos eleitorais localizados que proporcionem derrotas aos inimigos principais dos trabalhadores. Longe de ignorar as contradições entre conservadores, liberais, direitistas e quejandos, a tática deve localizá-las e tirar o máximo proveito delas.

A pressa em lançar aos quatro ventos os gritos de combate, sem ao menos verificar as posições de cada governo ainda não empossado e, sobretudo, ainda não constituído; a idéia de sair para a batalha apoiado em simples definições ligeiras, sem estudo das condições concretas da luta; a substituição da teoria científica por proclamações de desejos, são manifestações do petismo - conformação tupiniquim do velho infantilismo detectado por Lênin no movimento operário, desde o início do século. Desvio que não é exclusividade da organização que lhe dá o nome.

Receita vazia

Lênin indica que tal comportamento é típico da pequena burguesia constantemente pressionada pelo capitalismo. Esta camada "passa com facilidade a revolucionarismo extremo, mas é incapaz de manifestar perseverança, espírito de organização disciplina e firmeza". Cai na charlatanice de "inventar para os operários uma receita que dá antecipadamente soluções prontas para todos os casos da vida".

Em tempo: entre Menem, Collorido, e os milicos carapintadas, tudo burguesia, é voto nulo também?

* da direção nacional do PCdoB

A 10ª Reunião Plenária do Comitê Central, realizada nos últimos dias 7, 8 e 9 tratou, entre outros temas, da realização a partir de janeiro próximo das Convenções Municipais, Regionais e Nacional do PCdoB.

Trata-se de exigência legal para manutenção do registro definitivo do Partido junto ao TSE. Apresentará igualmente uma reafirmação política do Partido perante a opinião pública e demais partidos e correntes políticas em atividade no país.

O PCdoB conquistou seu registro definitivo em 1988 com a realização do Convenções Municipais e Regionais em nove estados, embora já estivesse estruturado e atuando em todos os estados. Atualmente conta com doze Diretórios Regionais devidamente regularizados e pretende concluir a regularização nos outros quinze que por razões diversas chegam ao fim de 1990 sem terem atingido esta meta política e organizativa.

Até a realização das últimas eleições em 3 de outubro o PCdoB havia se organizado em 1240 municípios, nos quais é preciso concluir a filiação exigida por lei, no prazo também imposto pela legislação, que é de 30 dias antes da data da Convenção.

Esta não é uma tarefa simples, porém inadiável, pois o TSE tem cassado registro de Partidos que não cumprem a legislação.

Na edição nº 53, de 19

de outubro, deste jornal, publicamos na página 17 artigo do camarada Dynéas Aguiar onde foi tratada a questão das Convenções e publicamos o calendário para a realização de filiações e convenções, seguindo à risca as determinações da lei e do TSE. Lembremos aqui que os Diretórios Municipais que realizarão Convenções em 26 e 27 de janeiro e 2 e 3 de fevereiro deverão dar entrada nos Cartórios Eleitorais das fichas de filiação até 20 de dezembro, e os que farão Convenções em 16 e 17 de fevereiro deverão registrar as filiações até 15 de janeiro.

Após comprovarmos na prática o acerto e justeza da orientação política traçada pela 9ª Reunião Plenária do CC para o segundo turno das eleições, depois que as urnas confirmaram a derrota de Collor e seus planos, com certo crescimento e vitórias das forças de esquerda entre as quais se situa o PCdoB, precisamos avançar e consolidar o processo de organização do nosso Partido, para fortalecer a luta pela liberdade, pela democracia e para que possamos cumprir bem o conjunto de tarefas e desafios que se colocam na ordem do dia, tanto em plano nacional quanto internacional.

O PCdoB que teve ampla participação na última eleição, nas alianças e coligações, o que permitiu ao Partido sair politicamente reforçado, com posição firme e destemidamente anticollor, elegeu 10 Depu-

tados Estaduais, 5 Deputados Federais, projetou diversos quadros e militantes, não pode ter um mal desempenho das filiações e realização das Convenções.

Precisamos nos empenhar, todos os dirigentes e militantes, na superação das nossas deficiências organizativas. Precisamos recolocar o PCdoB no lugar de destaque nacional que sempre teve devido a sua marca de partido de luta, combativo e revolucionário. Para isto é indispensável ampla rede de Diretórios e Organizações partidárias espalhadas, estruturadas por todo o país.

O fortalecimento e o crescimento do Partido deverá refletir-se na realização do 8º Congresso que o Comitê Central decidiu antecipar para o 2º Semestre de 1991.

A realização das Convenções Municipais e Regionais não pode, nem deve ser vista burocraticamente. Deve ser um momento de afirmação política, de renovação da opção cotidiana de ser comunista, ser revolucionário. Além de tomar posição frente à proposta de Programa e Estatutos, eleger os novos dirigentes, cada convenção deverá ser um acontecimento político de destaque, tanto a nível municipal quanto estadual, com repercussão na imprensa, com presença massiva de militantes, amigos, simpatizantes e aliados na luta institucional e nas diversas frentes em que atuamos.

* da direção nacional do PCdoB.

A OLP adverte: paciência palestina está no fim

A Intifada, o levante civil palestino contra a ocupação militar israelense, completa neste 8 de dezembro seu terceiro ano de existência. A persistência e o vigor da Intifada durante tanto tempo vêm demonstrar a determinação do povo palestino em continuar a sua luta até a conquista de seus direitos de independência nacional, soberania e instalação de um Estado independente em solo pátrio, sob a direção da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), a única legítima representante do povo palestino.

Nestes três anos de Intifada, as autoridades de ocupação israelenses torturaram presos palestinos, quebraram ossos de crianças, deportaram, demoliram casas, destruíram campos de lavouras e pomares, mataram cerca de 1.650 pessoas, feriram quase 80 mil (dentre estas, 7 mil estão completamente inválidas), detiveram aproximadamente 80 mil e provocaram abortos em 7 mil mulheres, devido aos efeitos de gases tóxicos e espancamentos.

O desenrolar dos recentes acontecimentos no Oriente Médio comprova, a cada dia que passa, que o ponto central dos problemas da região, que demanda uma solução urgente e inadiável, é a questão palestina, que vem sendo postergada há quatro décadas.

O governo de Israel, aproveitando os tambores de guerra no Golfo Árabe, anuncia expressamente sua negativa em abandonar os territórios palestinos. O primeiro ministro Itzhak Shamir afirmou, há poucos dias, que "temos de conservar toda a terra para as futuras gerações e para garantir a imigração massiva". Além disso, o Mini-Conselho Ministerial para Assuntos de Imigração, no último dia 3, decidiu criar um "muro humano" de assentamentos judeus, separando os palestinos cujas terras foram ocupadas por Israel em 1848 dos palestinos cujas terras foram ocupadas em 1967.

Com tais medidas, o governo israelense despreza mais uma vez o direito internacional, desobedecendo ao mesmo tempo as resoluções da ONU que exigem a retirada de Israel dos territórios palestinos e violando a 4ª Convenção de Genebra, que proíbe a alteração demográfica

de territórios ocupados pela força.

Para pressionar o êxodo em massa da população palestina, as autoridades israelenses adotaram, nos últimos anos, uma prática cruel, ilegítima e ilegal que inclui: o aumento da repressão (como o massacre recente na mesquita de Al-Aqsa), o confisco de dois terços do total as propriedades palestinas (domicílios, terras agriculturáveis, etc.), o controle sobre 81% das fontes de água dos territórios palestinos e a sabotagem contra a infraestrutura econômica palestina, com toques de recolher em períodos de safra, elevação dos impostos, cortes de energia em fábricas e aumento exagerado nos preços de matérias-primas.

Até o momento, nosso povo vem exercendo de forma limitada seu direito à autodefesa, com meios rústicos e simples, como paus e pedras, contra uma máquina de guerra sofisticada e sem precedentes na história das ocupações militares na região. Mas até quando esse nobre povo suportará verter seu sangue?

Este quadro exige da comunidade internacional uma ação imperativa e ágil para proteger o povo palestino contra as arbitrariedades israelenses. Nosso povo continua acreditando numa solução pacífica para a questão e ferreamente apegado às iniciativas de paz defendidas pela OLP, apesar da repressão israelense, apesar dos massacres, das intenções expansionistas de Israel e da gritante falta de seriedade dos Estados Unidos na aplicação do direito internacional - uma política de dois pesos e duas medidas, que pune certos países e premia outros.

A OLP e sua Intifada, com a legitimidade que lhe confere esses seus três anos de existência, exigem que a legalidade internacional seja cumprida. A proteção de forças internacionais ao povo palestino será o primeiro passo que conduzirá ao caminho da paz justa e duradoura, com a convocação de uma Conferência Internacional de Paz sobre o Oriente Médio, sob os auspícios da ONU, com a participação dos membros permanentes do Conselho de Segurança, de todas as partes envolvidas nos conflitos, inclusive a OLP em pé de igualdade.

(O escritório no Brasil da Organização de Libertação da Palestina - OLP)

A Unegro condena uso de termo indevido na Classe

Em nome da Coordenação Provisória da União de Negros pela Igualdade - Unegro-SP - venho fazer uma crítica a um trecho do *lead* da matéria: "Estamos relançando a luta do petróleo é nosso", publicada na "Classe Operária" nº 54. O referido trecho diz: "O presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás denuncia a campanha desfechada pelo governo e pelos conservadores para sucatear a empresa e *denegrir* sua imagem..."

Já de muito o movimento negro vem criticando a utilização de termos que associam o negro a imagem negativa, tais como *denegrir*, *situação negra*, *negrice*, etc. Estranho e preocupante é a utilização destes termos em jornais de esquerda que, teoricamente, deveriam combater o preconceito racial.

Para não pairarem dúvidas, recorro ao Dicionário da Língua Portuguesa de Alpheu Tersariol (Editora Libra): *Denegrir* - v.t., tornar escuro, manchar, enegrecer. Levando estes significados para a frase, teríamos: "O presidente (...) denuncia a campanha desfechada pelo governo e pelos conservadores para sucatear a empresa e tornar escura sua imagem..." Ou seja, o redator força uma analogia entre "negro" e "difamar, tornar negativa, etc." Isto expressa um preconceito racial condenável. Então tornar-se negro é negativo, difamatório, ruim?

Espero que haja mais cuidado para evitar a utilização destes termos. O preconceito racial no Brasil é tão forte que se reproduz inconscientemente de várias formas, entre elas a linguagem. Quem se propõe a lutar contra todas as discriminações e desigualdades sociais não pode reproduzir estes sentimentos generalizados pelos instrumentos de que dispõem as elites.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de saber por que o jornal "A Classe Operária" não está dando nenhuma cobertura à campanha nacional "Não matem nossas crianças", que vem recebendo apoio até mesmo de entidades internacionais como a Anistia Internacional e a Unicef, e está gerando confrontos graves, como ameaças de morte de lideranças no Rio de Janeiro. A campanha está ganhando corpo e está conseguindo espaço até mesmo na

imprensa burguesa, e seria importante que a "Classe" se preocupasse com este movimento. (Dennis de Oliveira, São Paulo, SP).

A Classe responde: O jornalista Antonio Martins, autor da matéria concorda com a crítica e agradece a observação feita pela Unegro.

Empresa soviética oferece um inferno aos operários

Nós, operários da empresa soviética Lada, recém-instalada no Brasil, alertamos a este jornal que se as fábricas na URSS forem iguais à firma em que trabalhamos não iríamos de forma alguma trabalhar naquele país, que por sinal mantém apoio irresponsável à trama norte-americana no Golfo Pérsico. As condições que a empresa oferece aos trabalhadores são desoladoras, tais como:

- Os vestiários feitos para abrigar 30 a 40 operários estão (desacomodando 150, produzindo si-

tuações desumanas na entrada e na saída do serviço.

- A Lada contrata operários metalúrgicos e escolhe como representante (?) dos mesmos o Sindicato dos Comerciantes; sem nenhuma consulta aos representados.

- O refeitório, construído para cerca de 25 pessoas, dá lugar igualmente a 150.

- Não há CIPA instalada.

- São comuns jornadas exaustivas de trabalho (até 12 horas), sem que se indague aos operários se podem ou não fazer horas extras. Eles ficam condicionados aos horários dos Ônibus contratados pela empresa, cujo serviço por sinal é descontado em folha de pagamento.

- A Lada contrata operários para uma determinada função e usa e abusa dos mesmos em diversas funções - até como estivadores no porto de Santos, e no transporte dos carros de lá até São Paulo.

- É expressamente proibido o acesso dos trabalhadores a certos pontos da empresa (por exemplo, diante de sua fachada), talvez porque a Lada acredite que os operários manchariam, com seus uniformes engraxados, a "imagem" da Lada. (Um grupo de operários da Lada, Itapevi, SP)

"Araguaia - relato de um guerrilheiro"

A Editora Anita Garibaldi acaba de lançar uma nova obra - importante e inédita - sobre a guerrilha do Araguaia. Trata-se do depoimento pessoal do guerrilheiro Glênio Sá, que integrou o movimento entre 1970 e 73. Morto em julho último na Paraíba, num acidente automobilístico, Glênio deixou porém seu depoimento registrado numa carta, remetida em 89 à dirigente comunista Elza Monnerat.

É uma história com sabor humano, onde Glênio narra sua militância durante os anos 60, a decisão de ir ao Pará para participar da luta, a vida na selva, os combates, a prisão e finalmente a liberdade.

Os exemplares, que custam apenas Cr\$ 700,00, podem ser encomendados pelo reembolso à



relato de um guerrilheiro

Glênio Sá

Editora Anita Garibaldi, Rua dos Bororós, 51, 1º andar, CEP 01320, São Paulo - tel. (011) 278-3220.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins
Diagramação e Arte: José Luis Munuera Reyes
Centro de Documentação: Joana D'arc de Sousa
Administração: Sandra Mateus
Secretaria: Márcia Medeiros
Assinaturas: Cláudia Medeiros
Fotografia: Ailton Leite
Endereço: Rua Adoniran Barbo-

sa, 53 - Bela Vista CEP 01318 - São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531
Telex: 11-21983
Fax: (011) 36-4104

Nas capitais: ACRE - Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS - Ladeira do Brito, 72 - fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ - Av. Mãe Luzia, 318 - Lagunho, CEP 68900, Macapá; AMAZONAS - Rua Luiz Anthony, 762, CEP 69000, fone: (092) 232-3881, Manaus; BAHIA - Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 321-6622 e 321-6420; CEARÁ - Rua São Paulo, 1.037 CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL -

HIGS 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO - Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS - Av. Paranaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO - Rua de Santaninha, 194, CEP 65000, fone: (098) 222-1005, São Luiz; MATO GROSSO - Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5506, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL - Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS - Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ - Rua 3 de maio, 1.834, CEP 66800, fone: (091) 229-5200, Belém; PARAÍBA - Rua Pedro II, 932, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ - Rua Marechal Deodoro, 1.161, centro,

fone: (041) 263-2049, Curitiba; PERNAMBUCO - Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ - Rua Desembargador Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO - Rua 13 de maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20010, fone: (021) 240-5286, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE - Rua Prof. Zuzá, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL - Rua Santo Antônio, 254, CEP 90030, fone: (051) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA - Rua Tenreiro Aranha, 2.122, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA - Rua Alvaro Maia, 165, Bairro Aparecida, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA - Av. Mauro Ramos, 51A, Centro, CEP 88000, fone: (048) 24-1927, Florianópolis; SERGIPE -

LO - Rua Condessa de São Joaquim, 272, Liberdade, CEP 01320, fone: (011) 277-3322, São Paulo; SERGIPE - Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, fone: (079) 224-8664, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

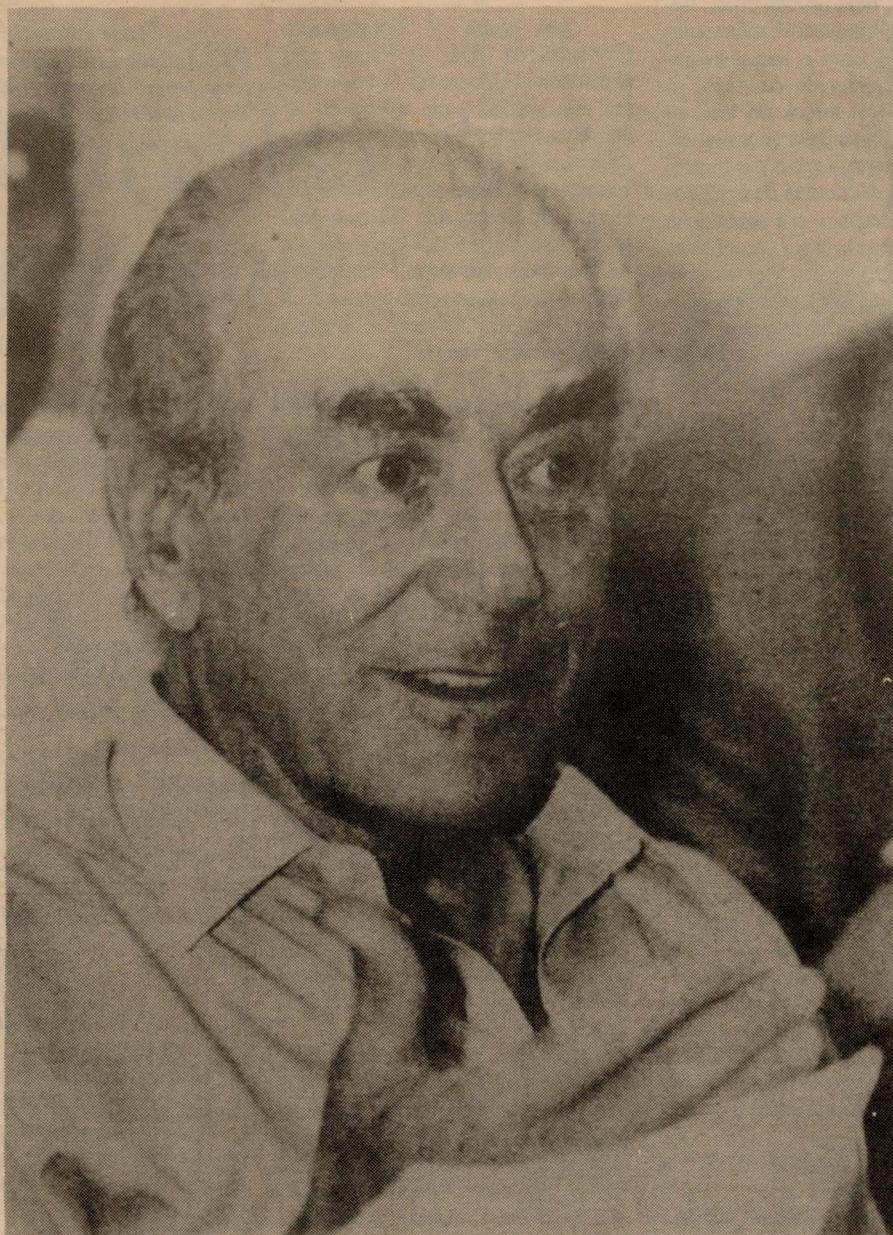
Composição, montagem e arte final: Computare Ltda - Rua Cruz e Souza, 60 - Aclimação - CEP 01532 - São Paulo - Fone: (011) 285-3669
 Fotolitos: Fotolito AJATO - Telefone: (011) 279-2540
 Impressão: Gráfica Jornês - Telefone: (011) 279-4990

Carta de Vitória

Reunidos em Vitória (ES), no último dia 10 os governadores eleitos do PDT, dirigentes, deputados federais e senadores da agremiação liderada por Leonel Brizola aprovaram um documento contendo duras críticas ao governo federal, condenando a política econômica em curso, exigindo a reformulação da política salarial e definindo a posição do partido disnte do governo federal como "de oposição responsável, enérgica, firme e inspirada no interesse público. Pela importância do documento, publicamos na íntegra.

O povo brasileiro vêm com grande apreensão o horizonte sombrio que se desenha para o nosso País. Já não se trata de ameaçar um futuro distante, mas ao próprio amanhã da Nação. O Brasil mergulha no plano inclinado de uma recessão que já revela seus efeitos cruéis. Centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias são atirados ao desemprego. Decompõem-se a renda da classe média, as pequenas e médias empresas e os produtores do campo, bases do emprego e da produção, debatem-se com dificuldades crescentes, enquanto as empresas estatais estratégicas - outrora orgulho e fundamento do progresso nacional - agonizam pela ação deliberada daqueles a quem sua guarda foi confiada. Os novos Governadores deparam-se com uma aterrorizante e vertiginosa queda das receitas dos Estados, com seus reflexos dramáticos sobre os serviços públicos, já precários e insuficientes.

O governo federal, há poucos meses, decretou, unilateralmente, sem a audiência das forças vivas da Nação, a mais profunda intervenção no domínio econômico de que se tem notícia na história brasileira. Chegou-se ao inconcebível confisco - ainda que o afirmem transitório - das contas correntes e das poupanças, milhões delas amealhadas ao longo de vidas inteiras de trabalho e sacrifício. Os salários de nossos trabalhadores, já tão vilipendidos, receberam novos e cruéis garrotes. Por toda parte, per-



cebem-se os frutos amargos de tais decisões, com o declínio do padrão de vida de nosso povo e a desorganização da vida econômica, enquanto a soberania nacional, apesar das declarações pomposas, esvai-se na prática de um sistema econômico neo-colonial.

Faltará às nossas elites a auto-crítica que as faça enfrentar a verdade de que, sob a égide desse modelo econômico, nada do que fizerem poderá superar a crise e estará fadado ao fracasso? Já não é tempo de admitirem que vivemos uma economia em perda onde, quanto mais trabalhamos e produzimos, mais empobrecidos ficamos? A independência nacional constrói-se com o desenvolvimento, mais sem ela, o progresso e a prosperidade são sempre privilégios de uma minoria e tem como preço a pobreza e a submissão de nosso povo.

Nós, dirigentes do Partido Democrático Trabalhista, governadores eleitos do Estado do Espíri-

to Santo, Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, deputados federais e senadores, reunidos em Vitória assumimos nossas responsabilidades. Investidos naqueles governos estaduais angustia-nos o fato de que, neste grave contexto de crise nacional e de carências, vêm sendo criados obstáculos cada vez maiores à plenitude do desenvolvimento dos estados e ao bem-estar das populações às quais nos cabe servir. Reafirmamos porém, todos os nossos compromissos públicos. Administrações estaduais austeras e competentes, que trabalhem ombro-a-ombro com a população, podem reduzir em muito os sofrimentos que estão sendo impostos ao nosso povo. A prioridade de nossas prioridades será a educação. A salvação de milhões de crianças e jovens que o Brasil vem atirando à marginalidade exige a adoção de um sistema escolar de novo tipo, à semelhança do CIEP, bem como resgate e a dignificação do magistério. Nosso povo, e só ele,

será a base sólida para o desenvolvimento e por isso, não poderá existir dignidade em políticas econômicas que, deliberadamente o releguem ao desemprego e ao abandono.

Reunidos em Vitória resolvemos:

1 Condenar a política econômica do governo Collor, considerando dramática a situação em que o país está submergindo. O custo social das medidas econômicas vem sendo insuportável para o povo brasileiro.

2 Reafirmar a necessidade absoluta de austeridade e de eficiência na gestão do interesse público, exigindo da máquina administrativa federal mais competência e trabalho nos setores que se encontram sob sua responsabilidade, como é exemplo deplorável o abandono da malha rodoviária.

3 Reiterar o compromisso do Partido com a escola pública, com o sistema educacional e assistencial digno e à altura dos direitos e necessidades de nossas crianças.

4 Exigir a reformulação da política salarial, assegurando a recuperação das perdas salariais e criando mecanismo de prefixação de preços e salários, que defendam e fortaleçam o poder de compra dos trabalhadores.

5 Unir esforços na definição de um plano de combate à recessão, que abra os caminhos para retomada do desenvolvimento com justiça social e a abertura de crescentes oportunidades de emprego.

6 Definir sua postura diante do Governo Federal, que não é de oposição sistemática, mas sim de uma oposição responsável, enérgica, firme e inspirada no interesse público.

Os governadores do PDT, finalmente, manifestam a seus colegas governadores de todos os estados da federação o seu empenho e interesse em trocar idéias e experiências em busca de propostas e de ações conjuntas em benefício de toda a população de nosso país.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Vitória, 11 de dezembro de 1990.